

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE
MESTRADO ACADÊMICO

CAROLINE DE SIQUEIRA

**GÊNERO EPISTOLAR E MARCAS LINGUÍSTICAS
DE POLIDEZ EM CARTAS INSTITUCIONAIS:
um estudo de caso sincrônico e diacrônico**

CAXIAS DO SUL
2013

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E REGIONALIDADE
MESTRADO ACADÊMICO

CAROLINE DE SIQUEIRA

**GÊNERO EPISTOLAR E MARCAS LINGUÍSTICAS
DE POLIDEZ EM CARTAS INSTITUCIONAIS:
um estudo de caso sincrônico e diacrônico**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

CAXIAS DO SUL
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

S618g Siqueira, Caroline de
Gênero epistolar e marcas linguísticas de polidez em cartas institucionais : um estudo de caso sincrônico e diacrônico / Caroline de Siqueira. 2013.
113 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.
Orientação: Prof.^a Dr.^a Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

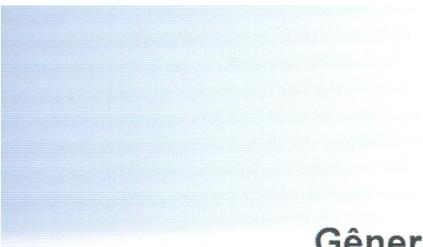
1. Linguística comparada. 2. Linguística histórica. 3. Análise de discurso - Cartas. 4. Linguística. I. Título.

CDU 2. ed.: 81-115

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística comparada	81-115
2. Linguística histórica	81-112
3. Análise do discurso - Cartas	81'42
4. Linguística	81'1

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460



Gênero epistolar e marcas linguísticas de polidez em cartas institucionais: um estudo de caso diacrônico

Caroline de Siqueira

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Língua, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 04 de julho de 2013.

Banca Examinadora:



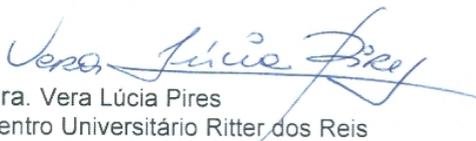
Dra. Heloisa Redroso de Moraes Feltes
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Neires Maria Soldatelli Paviani
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Tania Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Vera Lúcia Pires
Centro Universitário Ritter dos Reis

Para um futuro não tão longe, quando os sonhos forem realidade e as probabilidades transformarem-se em concretizações. Que este trabalho seja um instrumento que me faça lembrar que tudo é possível, mesmo nas piores dificuldades, quando tudo parece estar perdido. Um trabalho para mim mesma para não esquecer do que sou capaz, não importa a tempestade. Um trabalho para os que amo, para que também não se esqueçam do que eles são capazes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a uma força Superior, a uma Energia Cósmica, que alguns chamam de Deus, pela graça de poder percorrer esse caminho e por me dar forças quando eu acho que não vou mais conseguir.

Este trabalho é fruto de um processo de aprendizagem que, muitas vezes, se constituiu solitariamente, dolorosamente, testando cada pedaço do nosso ser, mas que, certamente, não seria possível sem a ajuda de muitas pessoas, dentre as quais, agradeço especialmente à Professora Doutora Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, minha orientadora, me atrevo a dizer um pouco “anjo da guarda”, pela dedicação, paciência e sabedoria dispensadas ao longo da minha vida acadêmica. Agradeço pela oportunidade de me fazer conhecer a linguística e um pouco mais sobre mim mesma; aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, pelos ensinamentos, pelo apoio, pelas experiências compartilhadas; aos colegas; às secretárias do Programa, em especial à Ariela (que não é mais colaboradora da Universidade, mas que fez muita diferença) e à Larissa, pela presteza, paciência, terapia de graça e ajuda; à minha mãe, pelo amor incondicional, por acreditar em mim (mesmo sem falar nada), por nunca perder a fé, enfim, por tudo; à minha irmã, Isadora, por acreditar que eu sou um exemplo; ao Giovanni, que na parte final deste trabalho foi essencial, por me lembrar de que foco é importante, por ajudar com mensagens de apoio e servir de despertador por diversas vezes, além de acreditar (mesmo sem saber) que eu iria conseguir terminar a dissertação; à minha família, em especial à minha avó Regina, que se despediu de mim em fevereiro de 2012, não podendo presenciar a parte final da “única professora da família” se tornar mestre, mas que sempre torceu por mim e me apoiou como podia. Ao Professor Köche pelos valiosos conselhos e ao Professor Normelio Zanotto, que abriu portas essenciais para meu desenvolvimento profissional.

A todos os meus amigos, demais familiares, colegas de trabalho, ex-alunos e alunos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho

Expresso a todos, então, meu sincero muito obrigada.

Que mais podemos fazer? Nada mais podemos fazer, a não ser deixar nossas flores sobre as tumbas e nossas palavras no papel, esperando que acrescentem algo ao, para nós, eterno fluxo da vida.

Moacir Scliar

RESUMO

Os estudos sobre a polidez linguística, apesar de amplos em diversas situações de interação verbal, parecem escassos quando na área da interação escrita. Este trabalho visa compreender como se dão as relações interacionais nesse meio, na Universidade de Caxias do Sul, analisando cartas expedidas entre os anos de 1965 e 2005. A pesquisa busca descrever como as marcas de polidez linguística aparecem no decorrer do tempo nas cartas e verificar se aconteceram mudanças significativas no que se refere às maneiras de expressar a polidez. Para isso, foram selecionadas 30 (trinta) cartas para análise, embasada em toda teoria apresentada neste trabalho, essencialmente os modelos teóricos de Brown e Levinson (1987). Os resultados não apontaram mudanças significativas nas construções linguísticas, o que nos permite hipotetizar que o estudo de caso deveria ser ampliado para um estudo mais geral, comparando com outras instituições e recortando amostragens maiores. Também foi perceptível que as formas de cortesia aparecem mais em determinados macroatos de fala, estando tais macroatos estritamente relacionados com a polidez.

Palavras-chave: polidez linguística, cartas, interação verbal, gênero de texto

ABSTRACT

Studies about linguistic politeness, although wide in various situations of verbal interaction, are shortage in the area of written interaction. This research intends to understand how happens the interactional relationships in the University of Caxias do Sul enviroment, analyzing letters dispatch between the years 1965 and 2005. The research tries to describe how the marks of politeness language appear during the time in the letters and verify if significant changes occurred in the ways to express the polish. For this, we selected thirty (30) letters for analysis, based on in all theory presented in this research, essentially the theoretical Brown and Levinson (1987) models. Results show no significant changes on linguistic constructions; so we can hypothesize that the case study should be expanded to a more general situations, to be compared to other institutions and using larger samples. It was also noticeable that the forms appear more complimentary in certain macroacts speech, such macroatcs being strictly related to politeness.

Keywords: linguistic politeness, letters, verbal interaction, text genre

LISTAS

QUADROS

Quadro 1 – Arquitetura da carta institucional / 35

Quadro 2 – Estratégias de Polidez Positiva, a partir de Brown e Levinson (1987) / 45

Quadro 3 – Estratégias de Polidez Negativa, a partir de Brown e Levinson (1987) / 46

Quadro 4 – Estratégias *Off record*, a partir Brown e Levinson (1987) / 48

Quadro 5 – Organização do *corpus* com identificação / 74

FIGURAS

Figura 1 – Estratégias *Off record* / 48

Figura 2 – Táticas de estudo de caso para quatro testes de projetos / 72

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cartas da categoria “Respostas” e as marcas de polidez no texto / 76

Gráfico 2 – Cartas da categoria “Solicitações” e as marcas de polidez no texto / 84

Gráfico 3 – Cartas da categoria “Agradecimentos” e as marcas de polidez no texto / 89

Gráfico 4 – Comparação entre as marcas de polidez nas três categorias de cartas / 91

Gráfico 5 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas / 92

Gráfico 6 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas / 93

Gráfico 7 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas / 94

Gráfico 8 – Estudo comparativo das marcas de polidez no início das / 95

Gráfico 9 – Estudo comparativo das marcas de polidez no desenvolvimento das / 95

Gráfico 10 – Estudo comparativo das marcas de polidez na conclusão das / 96

Gráfico 11 – Estudo comparativo das marcas de polidez no fechamento das cartas /
97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO / 11

1 O GÊNERO EPISTOLAR / 15

1.1 GÊNEROS E TIPOLOGIAS / 26

1.2 ESTRUTURAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL / 34

2 POLIDEZ E INTERFACES TEÓRICAS: REVISÃO CRÍTICA / 38

2.1 TEORIAS DA POLIDEZ / 38

2.1.1 Polidez positiva / 44

2.1.2 Polidez negativa / 46

2.1.3 *Off record* / 47

2.1.4 *Bald on record* / 49

2.1.5 Grice e o Princípio de Cooperação (PCO) / 51

2.2 ATOS DE FALA E MARCAS DE POLIDEZ / 53

2.2.1 Condições e regras para os atos de fala / 58

2.2.2 Macroato de fala / 59

2.3 COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E POLIDEZ / 63

3 MÉTODO, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS / 68

3.1 ESTUDO DE CASO / 68

3.2 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA E DO *CORPUS* / 70

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE / 71

4 ANÁLISE DO *CORPUS* E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS / 75

4.1 ANÁLISE SINCRÔNICA / 76

4.1.1 Categoria Respostas / 76

4.1.2 Categoria Solicitações / 83

4.1.3 Categoria Agradecimentos / 88

4.2 ANÁLISE DIACRÔNICA / 92

CONSIDERAÇÕES FINAIS / 98

REFERÊNCIAS / 101

ANEXOS / 105

ANEXO I - AUTORIZAÇÃO PARA USO DO *CORPUS* / 106

ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE REPRODUÇÕES
DE DOCUMENTOS / 107

ANEXO III - R1-1965 / 108

ANEXO IV - R2-1978 / 109

ANEXO V - S1-1973 / 110

ANEXO VI - S2-1981 / 111

ANEXO VII - A1-1976 / 112

ANEXO VIII - A4-2002 / 113

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o gênero epistolar numa investigação, em última instância, diacrônica, com enfoque nos fatores que intervêm nas marcas linguísticas de polidez. Para essa pesquisa, elegeu-se um *corpus* constituído de trinta cartas institucionais da Universidade de Caxias do Sul (algumas das faculdades fundadoras da Universidade de Caxias do Sul) que cobrem o período de 1955 a 2005, do acervo do Centro de Documentação e do Gabinete do Reitor da instituição em questão.

A Universidade de Caxias do Sul (UCS) foi fundada em 10 de fevereiro de 1967, sob a denominação Associação Universidade de Caxias do Sul, e sua criação resultou do esforço de diferentes segmentos da sociedade da época que viam na instalação de cursos superiores uma condição para a promoção do desenvolvimento da região.

A instalação das primeiras faculdades em Caxias do Sul resultou da mobilização e do esforço da sociedade para o seu desenvolvimento. No início da década de 1960, existiam cinco instituições de ensino superior instaladas na cidade, que ofereciam cursos como Ciências Econômicas, Filosofia, Pintura e Música, Enfermagem e Direito, entre outros.

Da união das mantenedoras das primeiras faculdades existentes em Caxias do Sul (Faculdade de Ciências Econômicas e Faculdade de Filosofia, sob orientação da Mitra Diocesana; Escola de Enfermagem Madre Justina Inês, da Sociedade Caritativo-Literária São José; Faculdade de Direito, sob a direção da Sociedade Hospitalar Nossa Senhora de Fátima e Escola de Belas Artes, ligada à Prefeitura Municipal), a UCS foi criada, simbolizando a expressão cultural da região e do seu tempo e mantendo fortes vínculos com a sua comunidade.

A partir da criação da Universidade, e desde antes dela, uma das formas de comunicação é a correspondência por cartas institucionais, que, antigamente, trazia uma variedade de expressões linguísticas formulaicas e prolixas.

As instituições fundadoras da UCS, com exceção da Escola de Belas Artes, tinham uma orientação religiosa, seja por sua ligação direta com a Igreja ou

representantes, seja pelo caráter da própria faculdade, como é o caso da Faculdade de Filosofia, o que tornava o texto das cartas redigidas característico e conservador. Muitas expressões utilizadas devem-se à ligação do remetente com a Igreja e, no caso da Escola de Belas Artes, os remetentes eram profissionais de Letras e também mostram uma escrita peculiar, que tendia a uma linguagem tradicional, conservadora.

Essa informação torna-se de grande relevância no momento de análise das cartas, considerando que a linguagem acompanha a “natureza” de sua instituição, além de expressarem o estilo de escrita da época em que foram redigidas.

A linguagem, portanto, se mostrava mais rebuscada, às vezes prolixa, o que, de certo modo, era e é característico de uma linguagem tradicional, que, hoje em dia, perde espaço para uma linguagem mais direta, cujo uso não elimina as marcas de polidez, mas a adéqua a um novo modelo de comunicação.

O objetivo da pesquisa, então, é investigar, sob uma perspectiva diacrônica, as variações nas marcas linguísticas de polidez nas cartas institucionais, que constituem o *corpus* referido. Para tanto, é necessário o exame sincrônico e diacrônico das diferentes construções linguísticas que expressam polidez nessas cartas institucionais, em sua relação com o tipo de organização que as emitem; com os macroatos de fala que visam realizar; com os papéis/as posições funcionais dos interlocutores; com os graus de informatividade da mensagem; e com estratégias associadas à competência comunicativa do locutor.

A investigação apropria-se de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Trata-se, em caráter, de um estudo de caso, à medida que seleciona um tipo de organização e analisa sincrônica e diacronicamente uma amostra de cartas emitidas num dado período.

O procedimento analítico parte do levantamento sincrônico de construções linguísticas que marcam a polidez nas mensagens, a partir da reconstrução da situação enunciativa, caracterização da estrutura formal da carta; identificação dos macroatos de fala; levantamento de um conjunto de categorias de construções como: formas de tratamento, sintagmas nominais adjetivados, sintagmas adverbiais, modalizadores, etc.

A partir desse levantamento são construídas generalizações circunscritas ao *corpus* constituído. Após a análise de cada período, é realizado um estudo comparativo para evidenciar variações relevantes e levantarem-se hipóteses sobre as motivações dessas variações.

A partir dessa proposta, a dissertação está organizada em quatro capítulos, os quais, por sua vez, possuem subdivisões internas para maior especificidade.

O primeiro capítulo, intitulado *O Gênero Epistolar*, discorre sobre o que é o gênero epistolar desde a Antiguidade. A primeira seção, denominada *Gêneros e tipologias*, trata da carta sob o aspecto da teoria dos gêneros de textos. Nas seções intituladas *Estruturação formal e funcional* e *Estruturação textual*, respectivamente, são caracterizadas as partes que compõem as correspondências em geral e versa-se sobre a variação da estrutura das correspondências, dependendo do tipo da instituição na qual é elaborada, as normas oficiais seguidas, etc.

O segundo capítulo, intitulado *Polidez e Interfaces Teóricas: revisão crítica*, apresenta uma análise sobre as teorias de polidez linguística. A primeira seção é dedicada a expor as teorias de polidez existentes; a segunda, a estabelecer uma relação entre os atos de fala e a polidez, embasada numa revisão relevante da Teoria dos Atos de Fala, partindo dos autores primários da teoria até as críticas modernas sobre esses estudos. A terceira seção do capítulo discorre sobre a competência comunicativa e sua relação com as construções linguísticas de polidez em cartas institucionais.

No terceiro capítulo da dissertação, *Método, Técnicas e Procedimentos*, descrevem-se os aspectos metodológicos da pesquisa. Realizam-se recortes sincrônicos do *corpus*, a partir dos quais são realizadas as análises comparativas, diacrônicas, entre os anos do período de tempo estabelecido. Este capítulo é constituído de três seções. Na primeira, discorre-se sobre o método de pesquisa *estudo de caso*. Na segunda, caracterizam-se a entidade, o período de tempo, os critérios e procedimentos para a seleção do *corpus*, etc. Na terceira seção, trata-se dos procedimentos de análise do *corpus*, nos quais são descritos os elementos lexicais da análise sincrônica, a condução da análise diacrônica comparativa e a análise da relação dos atos de fala e polidez.

O último capítulo, nomeado *Análise do corpus e discussão dos resultados*, traz, em detalhes, as análises realizadas e os resultados obtidos.

Assim, pretende-se demonstrar, através da análise de ocorrências de expressões linguísticas, as mudanças ocorridas no período de 1955 a 2005 que marcam polidez na escrita de correspondências institucionais.

Em seguida, são apresentadas as *Considerações Finais*, em que se analisa o percurso da investigação em relação aos objetivos, apresentam-se os principais resultados e as perspectivas de pesquisa futuras.

1 O GÊNERO EPISTOLAR

Até a criação do telégrafo, no século XIX, a carta foi o instrumento possibilitador de reduzir as distâncias e permitir aos ausentes fazerem-se presentes.

Além disso, para o povo brasileiro, a “carta” tem um papel de identidade importante, considerando que o primeiro registro escrito acerca do País, a certidão de nascimento do Brasil, pertence à categoria epistolar, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, endereçada a Sua Alteza, El Rei D. Manuel, em 1.º de maio de 1500 (MINDLIN, 2000).

A epistolografia, atualmente definida como “arte ou técnica de escrever cartas”¹, no mundo antigo era uma arte, uma técnica exercida por um pequeno grupo de letrados, capazes de aplicar os elementos constituintes da retórica, ou seja, capazes de escrever “bem”, para transmitir mensagens e informações. Por um longo período, as cartas convertiam-se em suportes fundamentais e principais responsáveis para a circulação de notícias em sociedades. A prática epistolar representava o único meio de comunicação entre as pessoas que estavam distantes e “transportava” as notícias e sentimentos por mar e terra. As missivas (cartas, bilhetes) tornaram-se *locus* primordial de informações e ideias entre particulares e destes com pequenos grupos aos quais as cartas eram remetidas. Sabe-se, por exemplo, que vários dos membros das elites gregas e romanas contavam com escravos que detinham a função única de cuidarem de suas cartas, tal a importância que a produção das mesmas assumia em sociedades complexas, como as da Antiguidade Clássica. (GONÇALVES; DI MESQUITA, 2010)

Segundo Miranda (2000), a tradição da epistolografia ocidental deve alguns de seus registros mais antigos a um pequeno grupo de filósofos gregos: dentre eles, Epicuro, Isócrates e Platão. A retórica epistolográfica era formada por regras bastante precisas, que definiam gêneros para missivas de acordo com o motivo que levava o remetente a escrever para o destinatário. Muitos dos textos que ora se conhecem foram destinados ao ensino; outros foram escritos a personagens ou grupos de indivíduos com posições sociais especialmente significativas, mas

¹ Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0

abordavam temas de interesse para toda a comunidade; inauguravam, assim, a prática das “cartas abertas”, como, por exemplo, as cartas de Paulo enviadas para as comunidades cristãs originárias, buscando lhes dar sugestões de como viver em grupo, defendendo a fé cristã (MORAES, 2011), como se constata nesta citação:

Antes de tudo, dou graças ao meu Deus por meio de Jesus Cristo por causa de vocês, pois a fama da fé que vocês têm se espalhou pelo mundo inteiro. Deus, a quem sirvo em meu espírito anunciando o Evangelho do seu Filho, é testemunha de que sem cessar me lembro de vocês, e nas minhas orações peço sempre que, por vontade de Deus, eu tenha ocasião de poder visitá-los. De fato, tenho muita vontade de vê-los, a fim de lhes comunicar algum dom espiritual para fortalecê-los, ou melhor, para ser reconfortado com vocês e entre vocês, através da fé que eu e vocês temos em comum. (BÍBLIA SAGRADA. 1994, p. 1441, 8-13.)

As cartas de caráter reservado – tão ou mais relevantes do ponto de vista da história política e filosófica – também encontraram alguns representantes ilustres, como Platão (MIRANDA, 2000).

Os textos de Platão vão endereçados aos amigos do jovem Dião de Siracusa, seu companheiro e discípulo, morto então recentemente pelos simpatizantes do novo tirano. O início dos textos resume as alegrias e as decepções da passagem do autor pela Sicília, avaliando os resultados do seu trabalho nessa república, e para melhor se enfrentarem as circunstâncias do momento. Na sequência, o filósofo levanta alguns princípios gerais, de onde derivam conselhos de atuação. Querendo fortalecer os argumentos, na oitava carta (no total são treze), recorre a um artifício que também se encontra no *Diálogos*: a impressionante manifestação da voz do morto. Nota-se, pois, que o autor decide exprimir-se segundo as regras de um gênero literário que permite um acesso direto e incisivo aos seus interlocutores, além do conforto de poder combinar diversas modalidades de exposição (MIRANDA, 2000).

As cartas de Isócrates aproveitaram-se basicamente das mesmas virtualidades, enquanto as de Epicuro, por outro lado, talvez se devam considerar mais vocacionadas ao âmbito do ensino. De qualquer forma, porém, mesmo como rigoroso exercício intelectual (de teor moralizante), o gênero carta deixava lugar ao aprimoramento de uma certa elegância estilística. Às vezes, tornava-se, ela própria, matéria de reflexão. (MIRANDA, 2000).

Conforme Miranda (2000), os primeiros teóricos da literatura epistolar foram o orador ateniense Demétrio de Falero (*De electione*), o sofista Filostrato (*Typi epistolares*) e o neoplatônico Proclo (*De forma epistolari*). Os três reproduziram nas suas obras modelos que ensinavam a desenvolver os temas mais variados, com as qualidades respectivas. No entanto, quer se desejasse uma carta de amizade, repreensão, conselho, elogio ou consolação, havia alguns princípios gerais que também era recomendável observar.

Gonçalves e Di Mesquita (2010) esclarecem que o estudo da atividade epistolar reúne, no mundo antigo, os domínios do que, no mundo moderno, convencionou-se denominar de 'esferas pública e privada', pois cartas que inicialmente foram escritas para amigos, discípulos, parentes em geral, acabaram recebendo um tratamento posterior à sua escrita e sendo publicadas por meio de cópias que eram remetidas a vários destinatários e/ou guardadas nas bibliotecas, para acesso de toda população letrada. Tais documentos se revestem de um caráter histórico inegável, desde a própria Antiguidade, pois vários historiadores antigos citam em suas obras informações que teriam advindo de cartas consultadas por eles, que estavam guardadas em locais de acesso público, ou se referem a epístolas importantes que teriam trocado com outros membros da elite e, algumas vezes, com o próprio Imperador.

Muitas foram as cartas que chegaram do mundo antigo clássico, fragmentadas ou completas. Especificamente para o estudo da sociedade romana republicana e imperial, não se pode deixar de contar com as cartas de Cícero, trocadas principalmente com seus amigos Ático e Bruto e seu irmão Quinto Túlio Cícero, ingressado na carreira das honras romanas, ocupando vários cargos públicos importantes na condução dos negócios imperiais nas províncias. Segundo Gonçalves e Di Mesquita (2010), de Cícero conhecem-se mais de 900 cartas, entre as escritas por ele e as respostas recebidas. Salientam-se também as cartas de Plínio, o Jovem, que como Governador da Bitínia trocou correspondência com o próprio Trajano. Dele conhecem-se mais de 200 cartas, revistas para publicação, que tratam de assuntos diversos, desde aqueles sobre a administração de suas várias propriedades até sobre fenômenos naturais, discussões literárias e rumores que se espalhavam pela corte. Há também as cartas de Sêneca, 124 missivas dedicadas a Lucílio, amigo e discípulo nos estudos da filosofia estoica.

Porém, conforme Miranda (2000), entre as muitas coleções de epístolas redigidas por autores romanos, nenhuma seria tão importante como as epístolas de Cícero. Durante a época moderna, elas obtiveram numerosas reedições latinas e “vulgares”. O interesse pelo seu caráter “modelar” era frequentemente superior ao desejo de conhecer os problemas debatidos. Numa publicação espanhola (Madri), de 1589, por exemplo, o tradutor Pedro Simon Abril (apud MIRANDA, 2000) afirmava que as cartas do político romano deleitavam os homens com suas histórias – incutindo-lhes alguma prudência, além de poderem ajudar sobremaneira os que escreviam por ofício ou os que cultivavam correspondência com os amigos.

O aspecto exemplar resgatado no trabalho do estudioso espanhol torna-se ainda mais visível nas últimas páginas da publicação. Mostrava-se, então, como se ganharia maior utilidade, identificando-se a natureza de cada uma das cartas. Tal como para os autores clássicos, as categorias enumeradas corresponderiam à variedade dos negócios que se desejava tratar. As epístolas mais comuns seriam as congratulatórias, as narrativas, as “expostulatórias” (ou de queixas), as de recomendação, as de agradecimento, as de persuasão e as jocosas. Para todos esses casos, a obra de Cícero apresentaria soluções de extraordinário interesse. Se, no entanto, o leitor desejasse juntar diversos argumentos numa única carta, aconselhava-se que ele os desenvolvesse um por um, separadamente, respeitando as fórmulas convenientes à justa expressão de cada tipo de problema.

Gonçalves e Di Mesquita (2010) relatam, ainda, que há cartas menos conhecidas e estudadas, mas tão importantes quanto as já citadas para os estudos do mundo antigo, como, por exemplo, os dois fragmentos da carta elaborada por Cornélia Semprônia, filha mais jovem de Cipião Africano, o vencedor de Aníbal, endereçada ao filho Caio Semprônio Graco, que se encontram transcritos na obra *Vidas de Varões Ilustres*, de Cornélio Nepote. Além de tratar-se de uma missiva assinada por uma mulher, considerada modelo de virtude para as matronas romanas, a carta fornece informações sobre a carreira do Graco mais jovem e de sua relação com o irmão Tibério Graco. Sua divulgação, possivelmente, auxiliou na eleição de Caio para o Tribunato da Plebe.

Há também as *Cartas das Heroínas (Epistulae Heroidum)*, também chamadas Heroides, vinte e uma cartas produzidas por Ovídio. São cartas escritas por heroínas pertencentes à fábula. As quinze primeiras cartas foram escritas por

mulheres, heroínas mitológicas que reclamam do abandono de seus amantes, e não foram respondidas, as seis últimas são de casais, sendo uma delas escrita por um homem e a resposta de sua destinatária (OVÍDIO, 2003).

Como gênero, a atividade epistolar contou com a formulação de verdadeiros manuais de estilo desde a Antiguidade. Pode-se citar os *Typoi Epistolikoi*, de Pseudo-Demétrio, datados da passagem do II para o I século a.C., nos quais são descritas vinte e uma categorias de cartas, e os *Epistolimaioi Characteres*, de Pseudo-Libânio, cuja datação varia de 314 a 393 d.C., nos quais são descritos quarenta e um tipos de cartas e definidos quais partes e argumentos deveriam compor cada um deles (GONÇALVES; DI MESQUITA, 2010).

O modo de escrever cartas foi objeto de algumas reflexões de interesse em obras de língua portuguesa, desde o século XVII. Antes, de acordo com a investigadora Andréa Rocha (apud MIRANDA, 2010), só teriam existido comentários sobre as fórmulas de cortesia e tratamento.

Para Bettiol (2008), no que diz respeito à correspondência, é preciso desmitificá-la como referente absoluto de verdade e de autenticidade. A carta, como fenômeno de civilização, é suscetível de várias abordagens, como foi verificado anteriormente: literária, histórica, política, teológica, sociológica, filosófica, antropológica, etc. O seu estudo é um trabalho arqueológico no sentido foucaultiano do termo, por a arqueologia das cartas conduzir a um estudo das civilizações.

O texto epistolar registra as transformações discursivas que constituem as ciências humanas, contextualiza os discursos segundo as estruturas de mentalidades (a *episteme*) muito mais do que pelos acontecimentos históricos propriamente ditos. (BETTIOL, 2008, p. 20)

O primeiro teorizador sobre a redação de cartas foi Francisco Rodrigues Lobo, nos diálogos iniciais de *Corte na aldeia e noites de inverno* (1619). Na obra, quem sugere a abordagem da escrita de cartas é a personagem D. Júlio, um fidalgo, numa discussão a respeito da qualidade da língua pátria. Afirmara a personagem, então: “[...] para cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite [...]”. Além disso, é convidado a contar sobre a origem da palavra ‘carta’. Conta que a palavra teria caráter genérico e teve origem no nome da cidade onde nascera a rainha Dido, fundadora de Cartago. Leonardo, outra personagem da história, dono da casa onde acontece a conversa, no diálogo, também fala sobre a carta: “[...] que

há-de ter: cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela subtil e selo claro; e com estas condições será carta de homem de Corte.” (MIRANDA, 2000)

Na obra de Lobo aparece o respeito pelas fórmulas de cortesia em várias partes do texto e na confecção do envelope. O envelope deveria indicar a identidade e a morada do destinatário, sem lisonjas, nem generalidade. Na carta, era importante observar uma distância entre a invocação e o início do texto, além de a assinatura ficar abaixo das últimas “regras”, mais à direita, mostrando “uma certa modéstia e humildade de quem escreve”.

A personagem Leonardo, em outro momento, fala sobre a leitura da carta missiva, embasando-se na prática epistolar de Cícero.

Mesmo existindo outros autores importantes para a história da epistolografia portuguesa de 1600, como, por exemplo, o padre Antônio Vieira, foi somente em meados do século XVIII que voltou a surgir um teórico português que tematizou as sensibilidades e as necessidades da prática de escrita de cartas do século em questão: Francisco José Freire.

A partir dos estudos da epistolografia portuguesa de Conceição (2010), Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano, é visto como o primeiro teórico epistolar setecentista.

O teórico nasceu em Lisboa em 1719 e faleceu em 1773. Coursou Humanidades no colégio de Santo Antão, pertencente à Companhia de Jesus. Foi conhecido por sua erudição e persistência em produzir muitos serviços a Portugal através das Letras. Na primeira metade do século XVIII, publicou a obra *O Secretário Portuguez Compendiosamente Instruído no modo de Escrever Cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso*², obra que, ao ser publicada, causou grande repercussão em Portugal, sendo reeditada mais de três vezes no século XVIII, e uma, no século XIX. Salienta-se que muitos dos manuais editados no século XIX, embora não fossem edições diretas da obra de Freire, foram nela baseados (CONCEIÇÃO, 2010).

² O exemplar consultado por Conceição (2010) integra o acervo de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Freire trouxe aos portugueses algumas ideias discutidas em outras partes da Europa e compôs a sua obra a partir de seus estudos acerca do italiano Isidoro Nardi, inclusive fazendo traduções diretas de sua obra, mas sem anunciá-las. Portanto, os modelos de cartas propostos foram baseados na tradição das línguas latinas, “o que já aí prova que a constituição desse gênero era um conhecimento compartilhado pelos autores das línguas românticas e que seguia o canal da tradição epistolar desde os primeiros teóricos do gênero ainda no Latim” (SIMÕES, 2007, p. 173).

O interesse de Francisco Freire concentrava-se na possibilidade de oferecer aos secretários portugueses um importante compêndio. Segundo Sánchez-Molero, o domínio da escrita ente os séculos XV e XVII passou a simbolizar a oportunidade de um importante papel social. Por isso, a relevância da função de secretário (SÁNCHEZ-MOLERO, 2006, p. 47). A partir do século XV, dominar a escrita era fundamental ente as relações de poder. Portanto, quem possuía poder e não dominava a escrita certamente tinha ao seu lado um bom secretário.

Deve-se considerar que, na Idade Moderna, embora indispensável, a escrita de cartas não foi essencialmente espontânea, fosse ela produzida em espaços privados ou públicos. A escrita requeria cuidados, respeitava normas, abria espaço para a criatividade e seguia os valores da sociedade à qual pertencia. Desse modo, propagou-se uma literatura de orientação à escrita de cartas. Segundo Antonio Castillo Gómez (apud CONCEIÇÃO, 2010), os manuais epistolares possuíam um público-alvo, “os membros de uma comunidade mais restrita composta fundamentalmente por secretários, burocratas, profissionais da escritura e, em geral, os representantes da sociedade de corte, onde mais efetiva podia ser sua funcionalidade retórica e social” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 16). A constatação de Gómez também foi abordada pelo historiador português Tiago Reis Miranda (2000), para quem o gênero epistolar expandiu-se logo no início da Idade Moderna, dentro de um projeto humanista, na tentativa de assegurar para o convívio social tipos de regras que todos pudessem acolher e entender, sendo a escrita uma das práticas sociais e culturais que mais assimilou essa ideia.

Miranda (2000, p. 50) nos diz, em relação à obra de Freire, que

nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. Esses textos põem a descoberto uma sensibilidade ainda francamente barroca, que se movia, elegante, por entre jogos de “louvores”, “engrandecimentos” e “dissimulações”... Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário.

A obra de Freire (1823), que fazia parte das propostas modernas para a prática de escrita de cartas, como de costume entre as publicações setecentistas, foi iniciada com a apresentação do compêndio dialogando com o poder eclesiástico e ofereceu a obra ao reverendíssimo da época.

Após a dedicatória, o compêndio apresenta as licenças que eram necessárias para a impressão e publicação e as autorizações eram constituídas de pequenos textos provenientes do Santo Ofício, Desembargo do Paço e Ordinário, e tinham como objetivo reconhecer se a obra colocaria ou não o mundo das ideias em desordem. A nota redigida pelo Padre. D. Caetano de Gouvêa C. R. é altamente relevante para uma reflexão sobre a importância da composição epistolar como uma prática das relações de governo.

Gouvêa (apud CONCEIÇÃO, 2010) afirmou que a composição de uma epístola requeria uma série de cuidados, o que se identificava com uma sociedade de etiquetas e normas, pois era preciso saber as regras de estilo, possuir nobreza e honra nos pensamentos para articular linguagens puras e elegantes, mas que não deixassem de ser familiares. Assim, somente poucos conseguiam dominar a arte de escrever cartas. Portanto, para Freire e seus colaboradores, o compêndio era um extraordinário instrumento para os que mais escreviam cartas – os secretários.

O comentário do abade Diogo Barbosa Machado também exaltou a carta entre os setecentistas: “Não se podia excogitar mais nobre empreza, do que este methodo taõ necessário ao commercio humano, com o qual sem operação milagrosa, se fazem presentes os auzentes, e se reproduzem nas quatro partes do Mundo”³ (apud CONCEIÇÃO, 2010, p. 18). Por conseguinte, a prática epistolar permitia o contato na vicissitude da ausência e da presença. Desde a Antiguidade, a

³ As palavras das citações diretas estão grafadas como a ortografia da época de escrita.

escrita de cartas possui uma importante função, pois, além de aproximar, representa as práticas sociais e culturais à qual pertence.

Durante os apontamentos da *Instrução Preliminar*, Freire (1823) afirmou que escrever cartas era uma necessidade de comunicação, em um sistema social que reservava às cartas, entre outras funções, a responsabilidade de principal meio de informar os que estavam distantes.

Segundo Cândido Lusitano, a obra mencionava regras que deveriam ser seguidas para que as demonstrações de respeito e honra dos secretários para com seus senhores fossem sempre as mais nobres. Desse modo, o secretário, ao compor uma carta, tornava-se o responsável por materializar a informação que o senhor necessitava enviar, devendo honrar a escrita, pois assim honrava seu senhor.

A próxima constatação de Freire (1823) foi referente à estrutura básica de composição de uma missiva, esclarecendo aos secretários as partes que deveriam estruturar uma carta e a ordem de apresentação destas:

todas as Cartas (reservando as de narração, e descrição) se dividem em quatro períodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça o respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se oferece o préstimo; e no quatro se deseja felicidades (FREIRE, 1823, p. 2).

Para Freire (1823), o secretário precisava sempre considerar, ao escrever, o senhor para quem trabalhava e para quem a carta estava sendo enviada. Posteriormente, apresentou sugestões de termos, expressões de engrandecimento, exaltações e congratulações, para serem usadas de acordo com a posição do destinatário, já que o secretário deveria observar quais seriam as mais apropriadas e elegantes para cada tipo de remetente.

Conforme Francisco Freire (1823), a produção epistolar poderia ser marcada por rebuscadas composições e estimulava o uso da criatividade durante a escrita da carta. Portanto, não invalidava o trabalho do secretário, pois, apesar de apresentar normas, elas não necessariamente deveriam ser fixas.

Os secretários precisavam ser cautelosos quanto aos seguintes aspectos: “Ou a respeito do Amo, a quem se serve. Ou a respeito das pessoas, a quem se escreve. Ou acerca das materias, de que se escreve” (FREIRE, 1823, p. 15). Para

isso, Freire (1823) estabeleceu dez regras que deveriam pertencer às qualidades de um secretário e, conseqüentemente, de sua escrita. As dez regras são baseadas na leitura que ele fez da obra do italiano Isidoro Nardi, pois este dividiu os dez princípios primordiais em cinco virtudes e cinco defeitos. As virtudes, que Freire denomina como predicados e *perfeições* são: *Segretezza* (segredo), *Erudizione* (erudição), *Generalità* (generalidade), *Riflessione* (reflexão), *Eloquenza* (eloquência). Os defeitos, referidos por Freire como vícios e *imperfeições* de que deve fugir, são *Tardità* (demora), *Ampliezza* (prolixidade), *Rigidezza* (aspereza), *Ignoranza* (ignorância) e *Oscurità* (obscuridade).

Os predicados e *perfeições* estavam divididos em: Segredo, Erudição, Generalidade, Reflexão e Eloquência. Entre um secretário e um senhor o Segredo necessitava ser conservado, assim, o secretário deveria ser honrado o suficiente para manter em segredo tudo que fosse de seu senhor, independente dos benefícios que pudesse desfrutar das informações. Para tratar da Erudição, percebe-se, em seus escritos, o valor da carta como um objeto que levava os ausentes aos lugares mais longínquos, sendo assim uma arte que oferecia “cor e alma aos pensamentos” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 21). Tal constatação cabia às missivas que circularam na esfera privada e na esfera pública, já que muitas vezes o secretário produzia os escritos de seu senhor em ambas as circunstâncias. Para a Generalidade, reservou poucos comentários, em que cabia ao secretário ser geral, ao sobrepor criatividade aos modelos sugeridos pelo compêndio, para que, de maneira fácil, profunda e ornada, pudesse compor cartas que não só noticiassem, mas também fossem agradáveis. A Reflexão enfatizava a relação do senhor com o destinatário. Caberia ao secretário, refletir os modos com que as notícias seriam materializadas pela escrita. O adorno era necessário e fazia parte da sociabilidade cortesã. Entretanto, se usado com exagero, produziria um efeito contrário. A Eloquência serviria para comover e persuadir o destinatário, no favorecimento do remetente.

Entre os Vícios e *Imperfeições* de que o secretário deveria fugir estavam: a Demora, a Prolixidade, a Aspereza, a Ignorância e a Escuridade. Sobre a Demora, o autor cita a demora do próprio redator ou a demora de informações na carta, que a impede de ser perfeita. Prolixidade refere-se à informação que cansa o leitor, por conter pouca informação em muito texto. Sobre a Aspereza, é dito que o secretário (o redator) deve ser suave em suas palavras e expressões, principalmente para

conservar o respeito e caráter do assinante. A Ignorância pode aparecer, primeiramente, em relação ao respeito com quem se escreve, ou seja, a inadequação da formalidade de tratamento (utilização equivocada de pronomes de tratamento, por exemplo); pode aparecer na produção textual, que pode estar imprópria, tendo em vista o destinatário; e, por último, em relatar informações erradas, sejam estas de ordem cronológica, geográfica, etc. Para a Escuridade, Freire declarou que a escrita deveria ser límpida para que as expressões atingissem os objetivos almejados, sem confundir intenções.

Observa-se que, se Aspreza é uma imperfeição a ser evitada nas cartas, a Polidez seria uma contrapartida satisfatória para a arte da boa escrita. Porém, em Freire (1823), a imperfeição Aspreza não encontra um correspondente nas virtudes.

Após a *Intrusão Preliminar*, Freire partiu para uma nova etapa, dividindo as missivas em três categorias: Demonstrativo, Judicial e Deliberativo. Tal divisão não foi criada por Francisco Freire, pois pertence à estruturação de uma Nova Epistolografia, que começou a diferenciar-se dos modelos provenientes da Antiguidade (PÉCORA, 2001, p. 23). Essa mudança foi iniciada por Erasmo de Rotterdam, na obra *Brevíssima e muito resumida fórmula de elaboração epistolar, de 1520* (CONCEIÇÃO, 2010, p. 22).

Cada gênero era formado por cartas divididas em temas. No gênero Demonstrativo existem as cartas denominadas de “Parabéns”, de “Oferecimento”, de “Agradecimento”, de “Avizo”, de “Louvor”. No gênero Judicial, as de “Desculpa”, de “Justificação”, de “Queixas”. E no gênero Deliberativo, as cartas de “Pezames”, de “Recomendações”, de “Boas Festas”, de “Consolação”, de “Exhortação” e de “Conselho”.

Para cada tema epistolar, o autor elaborou uma introdução, explicando a função daquele determinado tipo de missiva, nomeada como Livro de Advertência. Cada Livro englobou um tipo de carta, dentro dos gêneros sugeridos, apresentando exemplos de missivas, além de respostas.

Francisco Freire (1823) encerrou sua obra com a apresentação de um *Formulário de Tratamentos muy necessario ao Secretario portuguez*. Esclareceu que o secretário deveria saber o devido tratamento que cada membro da hierarquia

Ecclesiástica e Secular receberia, pois um superior não aceitaria um tratamento inferior, e um tratamento superior indevido seria uma ofensa. Junto à formulação de tratamentos o autor também apresentou um *Formulário de Sobrescritos*.

A obra de Freire (1823), objeto de estudo de Conceição (2010), é uma importante fonte de pesquisa para o estudo da epistolografia na Idade Moderna e, juntamente com os estudos de outros teóricos apresentados, revela como a carta se consagrava como um instrumento de comunicação, de poder e de manifestação de sensibilidades desde o aparecimento das primeiras sociedades com domínio da escrita.

1.1 GÊNEROS E TIPOLOGIAS

O gênero epistolar, como qualquer outro gênero, literário ou não, tem por origem o discurso humano. Todorov (2003, p. 58) alerta para o fato de que um gênero pode fazer parte de um sistema que responde ao quadro ideológico em que foi produzido. Assim, o gênero epistolar funcionou como horizonte de expectativa para os leitores, e como modelo de escritura para os autores – um gênero que desenvolveu formas mistas e cuja eficácia de persuasão varia conforme as circunstâncias de pessoas, tempo, modo e lugar.

O conceito de gênero de texto, embora mantenha um núcleo comum, apresenta uma grande variedade de formulações, nem sempre convergentes em aspectos fundamentais.

Para Bakhtin (1992, p. 279), o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. O enunciado considerado isoladamente é individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos estáveis de enunciados, o que pode ser chamado de gênero do discurso.

Bakhtin apresenta as seguintes características do enunciado, considerando-o uma instância individual de produção do enunciado: a alternância dos sujeitos

falantes; o acabamento; a possibilidade de ser um elo na rede de comunicação verbal dentro de uma esfera da realidade humana ou da vida cotidiana.

Bakhtin (1992, p. 279-280) incluiu todos os tipos de manifestações linguísticas nos gêneros discursivos e esforçou-se para demonstrar a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem desde uma conversa cotidiana sobre qualquer assunto, passando pela carta com suas variadas formas até os documentos oficiais.

Ainda, Bakhtin entendia que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.” (1992, p. 279-280), o que significa que o autor situa os gêneros dentro de grupos de atividade social.

Swales (1990, p. 58) diz que um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem o conjunto de razões para o gênero, que molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e limita a escolha de conteúdo de estilo.

Swales (1990) acrescenta que gêneros textuais são tipos específicos de texto de qualquer natureza, literários ou não. A partir disso, Meurer (2000, p. 150) esclarece que tanto na forma oral como na escrita os gêneros textuais são caracterizados por funções específicas e organização retórica mais ou menos típica. São reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos onde são utilizados. Gêneros textuais “são formas de interação, reprodução e possível alteração sociais que constituem processos (Kress, 1993) e ações sociais (Miller, 1984) e envolvem questões de acesso (quem usa quais textos) e poder.” (MEURER, 2000, p. 150).

O estudioso Bhatia (1993, p. 16) considera cada gênero uma instância de realização bem sucedida de um propósito comunicativo específico, pela utilização de conhecimento convencionalizado sobre recursos discursivos e linguísticos.

Mainqueneau (1998, p. 74) esclarece que atividades mais ou menos ritualizadas só podem desdobrar-se legitimamente e obter “sucesso” se estiverem conforme às regras que as constituem. Essas limitações para a definição de gênero

estabelecem o status respectivo dos enunciadores e dos coenunciadores, as circunstâncias temporais e locais da enunciação, o suporte e os modos de difusão, os temas que podem ser introduzidos e a extensão, o modo de organização, etc.

O gênero sendo visto como uma forma de linguagem ritualizada, que vai além da individualidade, salientando a atividade, abrindo a possibilidade de se ver, a partir de seu conceito, também a “soma” de mais de um enunciado proferido individualmente como sendo um gênero. (MAINGUENEAU, 1998)

Também é possível entender o gênero como um texto determinado por um meio social específico, em que a composição textual é mais importante e o texto é entendido como algo que produz uma unidade individual de interação. (MEURER, 2000; BRONCKART, 1997)

Para Bronckart (1999, p. 75), portanto, texto é toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente, do ponto de vista da ação ou da comunicação.

As correspondências são formadas por textos, que são unidades de comunicação. Segundo Bronckart (1999, p. 137), o “texto designa toda unidade de produção verbal que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência em seu destinatário [...]”. O texto, portanto, é o resultado de um conjunto de elementos linguísticos organizados e já aceitos, já conhecidos.

Bronckart (1999, p. 107-108) afirma que os grupos sociais utilizam formas já estabelecidas de comunicação, a estrutura comunicativa já está moldada pela comunidade discursiva na qual os utilizadores da língua fazem parte e tal construção foi criada a partir da prática de linguagem da comunidade.

Mais simplesmente, Marcuschi (1996, p. 4) define gêneros textuais como produtos culturais, sociais e históricos, que existem a partir de determinadas práticas sociais. Também diz que gênero textual é “uma noção propositalmente vaga” para referir os textos materializados que são encontrados na vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2002, p. 22)

Marcuschi (2002, p. 19) distribui em cinco fases a evolução dos gêneros de textos, sendo a primeira relacionada aos povos primitivos de cultura oral, que manipulava um número restrito de gêneros. A segunda inicia-se a partir da invenção da escrita, por volta do século VII a.C.. A terceira fase surgiu no século XV, com o desenvolvimento dos textos impressos, e a última fase foi intensificada com a industrialização, no século XVIII. Na fase atual, que o autor caracteriza como a da cultura eletrônica, há um número de gêneros que não pode ser calculado, considerando o aparecimento de novos gêneros ou reformatação de gêneros já existentes pelo rádio, televisão, telefone, mídia impressa e, principalmente, internet.

Para Marcuschi (2002, p. 23), então, os gêneros textuais são

realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas; constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções comunicativas; sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função.

Segundo Marcuschi, os seguintes fatores elencados permitem a distinção de um gênero de outro: o canal, o estilo, o conteúdo, a composição e a função. Para exemplificar, cita alguns gêneros: telefonema, carta comercial, aula expositiva, horóscopo, cardápio, etc.

Para um autor regional, Zanotto, todo texto pertence a um gênero de texto e os gêneros de texto existem desde o início da comunicação pelas línguas naturais. (ZANOTTO, 2005, p. 40)

Assim, com a revisão de conceitos e definições básicas, é possível entender a correspondência como um gênero, considerando, então, a ideia de gênero como um tipo de enunciado (BAKHTIN, 1953), no qual o texto corresponde a uma ação de linguagem realizada sobre um outro interlocutor, delimitada pela alternância entre os enunciadorees. A interação é o principal motivo do gênero.

Os modelos, porém, não são formas rígidas, o que significa a adaptação dos gêneros de texto às novas realidades sociodiscursivas que surgem em todos os níveis e esferas da sociedade.

A correspondência constitui uma categoria de gêneros textuais composta de todos os textos que possam receber a denominação de “correspondência”. As pessoas que escrevem, que recebem e leem correspondências, sabem

empiricamente o que é uma correspondência. Assim, os textos que podem ser denominados ‘correspondência’ compõem a categoria das correspondências por terem algo em comum. Porém, há características nesses textos que os individualizam. Pode-se dizer que a carta, o bilhete, o ofício, o e-mail, o cartão postal são correspondências e que juntos compõem uma categoria de gêneros integrante do gênero epistolar. A partir disso, também é possível dizer que existem subcategorias de gêneros, que seriam os vários tipos de correspondência: institucional, religiosa, pessoal, literária, pública, etc. Para Zanotto (2005):

O discurso epistolar empresarial é (...) entendido como o conjunto das correspondências que circulam nas empresas ou entre empresas e outras instituições ou pessoas, que ora se denominam *correspondência empresarial*, ora *correspondência comercial*, ora, ainda, fica subsumida na denominação, ainda geral de *redação empresarial*. Essas correspondências constituem a categoria da correspondência empresarial. (ZANOTTO, 2005, p. 63)

O discurso epistolar é constituído pelas correspondências em geral, que formam a categoria dos textos epistolares. A partir de Zanotto (2005, p. 63), pode-se classificar a correspondência como:

- a) Empresarial (comercial, bancária) – destinada à comunicação entre empresas (indústria, comércio, serviços);
- b) Oficial – destinada à comunicação das repartições públicas entre si ou dessas repartições com a iniciativa privada;
- c) Pessoal – destinada à comunicação entre pessoas, com objetivos particulares;
- d) Literária – escrita com fins estéticos, artísticos, literários;
- e) Religiosa, canônica, militar, social, cerimoniosa, familiar, íntima, sigilosa são outras classificações que podem ser abrangidas pelas anteriores descritas.

Na categoria das correspondências, considerando que os gêneros de textos comportam subdivisões, e, conseqüentemente, subgêneros, que incorporam as características mais abrangentes dos gêneros mais as especificidades, pode-se dizer que temos o gênero *carta institucional*. Nesta dissertação, adotamos a denominação ‘carta institucional’ para distingui-la das “cartas comerciais” ou “cartas empresariais” e, ainda, das “cartas oficiais”.

As cartas institucionais são gêneros de textos próprios do domínio discursivo de entidades variadas, que podem ser empresas, universidades, hospitais, igrejas, etc.

As categorias de gêneros agrupam vários gêneros de textos que apresentam algumas características comuns. Os gêneros que compõem uma categoria devem distinguir-se uns dos outros por algumas marcas que lhes são exclusivas.

Os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito. Os “atos de linguagem” (a promessa, a questão, a desculpa, o conselho etc.) são submetidos a condições de êxito: por exemplo, para prometer alguma coisa a alguém, é preciso estar em condições de realizar o que se promete, que o destinatário esteja interessado na realização dessa promessa etc. Ato de linguagem de um nível de complexidade superior, um gênero de discurso encontra-se também submetido a um conjunto de condições de êxito. Essas condições envolvem elementos de ordens diversas [...] (MAINGUENEAU, 2002, p. 66)

As condições, as quais cita Maingueneau (2002), referem-se à finalidade do gênero, que é indispensável para que o destinatário possa comportar-se adequadamente ao gênero utilizado; ao estatuto de parceiros legítimos, ou seja, o papel que o enunciador e o co-enunciador devem assumir (esta relação deve ser embasada em direitos e deveres, além de saberes); ao lugar e momento legítimos: “Todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento.” (MAINGUENEAU, 2002, p. 66); a um suporte material; a uma organização textual.

O domínio discursivo trata do lugar onde os textos ocorrem. Tanto Bakhtin (1992, p. 280) quanto Marcuschi (2002, p. 23-24) colocam que os domínios discursivos ocorrem nas esferas da atividade humana. Em cada esfera são produzidos textos com características comuns que os diferencia de textos produzidos por outras esferas. Por exemplo: gêneros de texto pertencentes ao domínio discursivo jornalístico (editorial, notícia, artigo, legenda, etc.) se distinguem dos gêneros de textos que fazem parte do domínio discursivo institucional (carta, e-mail, relatório, declaração, etc.)

Charaudeau e Maingueneau (2004), tentando encontrar uma noção para gênero, tratam de alguns pontos de vista, a partir dos quais se pode tratar de gênero: o ponto de vista funcional, o ponto de vista enunciativo, o ponto de vista textual e o ponto de vista comunicacional:

- a) o **ponto de vista funcional** foi desenvolvido por estudiosos que estabelecem funções com base na atividade linguageira, “a partir das quais as produções textuais podem ser classificadas segundo o polo do ato de comunicação em direção ao qual elas são orientadas.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250) As classificações podem ser baseadas no esquema de comunicação proposto por Jakobson em 1963 (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250): função emotiva, conativa, fática, poética, referencial e metalinguística; ou por Halliday em 1973 (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250): função instrumental, interacional, pessoal, heurística, imaginativa, ideacional, interpessoal etc.; ou, ainda, por Brown e Yule em 1983 (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250): funções transacional e interacional;
- b) o **ponto de vista enunciativo** teve como precursor Benveniste em 1966 (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250), que propôs uma oposição entre discurso e história ou discurso *versus* narrativa. A partir deste ponto de vista é que foram desenvolvidas análises que tentam descrever os gêneros considerando as características formais dos textos e reunindo as marcas mais recorrentes. Biber (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 250) considera que a coleta estatística de traços gramaticais permite construir uma tipologia dos discursos, podendo chamá-los de: interação interpessoal, interação informativa etc;
- c) o **ponto de vista textual** é voltado para a organização dos textos e procura definir a regularidade composicional dos mesmos, propondo um nível intermediário entre a frase e o texto chamado sequencial que tem um valor prototípico de narrativa, descrição, argumentação etc. Este ponto de vista pode ser chamado também de gêneros textuais.
- d) o **ponto de vista comunicacional** é proposto por Charaudeau e Maingueneau (2004), embasados em Bakhtin, que falam que os gêneros dependem da natureza comunicacional da troca verbal, o que resulta em duas grandes categorias: as produções naturais e as produções construídas. As produções naturais são espontâneas e pertencem aos gêneros primários, que são aqueles da vida cotidiana. As produções

construídas são institucionalizadas e pertencem aos gêneros secundários, que são as produções elaboradas, literárias, científicas, etc. e que derivam dos gêneros primários.

Ainda, para Maingueneau e Cossutta (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 251):

trata-se de selecionar e descrever “tipos de discurso que aspiram a um papel [...] fundador e que nós chamamos constituintes” (1995: 112), cuja finalidade simbólica é determinar os valores de um certo domínio de produção discursiva. “São constituintes essencialmente os discursos religioso, científico, filosófico, literário, jurídico” (ibid.). (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 251)

Charaudeau (2000), estudioso que sustenta o discurso no social, acredita que se trata de determinar os gêneros no ponto de articulação entre “as coerções situacionais determinadas pelo *contrato* global de comunicação”, “as coerções da *organização discursiva*” e “as características das *formas textuais*”, possíveis de serem localizadas pelas marcas formais (apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 251). O autor, ainda, menciona que as características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção, dependendo da situação, nas quais são definidas as coerções que definem as características da organização discursiva e formal; os gêneros de discurso são “gêneros situacionais”.

No trecho abaixo, destacado da obra *Dicionário de análise do discurso*, de Charaudeau e Maingueneau (2004), é possível perceber a dificuldade de denominar os gêneros:

A diversidade dos pontos de vista mostra a complexidade da questão dos gêneros, incluindo as denominações, já que alguns falam de “gêneros de discurso”, outros de “gêneros de textos”, outros ainda de “tipos de textos”: Adam opõe “gêneros” e “tipos de textos” (1999); Bronckart opõe “gêneros de textos e tipos de discurso” (1996); Maingueneau distingue, em relações de encaixamento, “tipo de texto”, “hipergênero” e “gênero de discurso” (1998); Charaudeau distingue “gêneros e subgêneros situacionais” e, no interior desses, variantes de gêneros de discurso (2001). (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 251)

Percebe-se que para definir a noção de gênero são levados em conta vários aspectos: preferencialmente, a ancoragem social do discurso, mas também a natureza comunicacional, as regularidades composicionais e as características formais dos textos. Tais aspectos resultam em duas ideias: “aquela que está mais voltada para os textos, justificando a denominação “gêneros de texto”, e a mais

voltada para as condições de produção do discurso, que justifica a denominação “gêneros do discurso” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 251).

Nesta dissertação assume-se que os pontos de vista que podem levar a uma conceituação de gênero se sobrepõem e se complementam, de modo que a noção de gênero mantém-se em complexidade. Porém, é necessário adotar uma teoria e tendo em vista a maneira como a pesquisa deste trabalho foi feita, acredita-se que o discurso de Bronckart vai ao encontro da maneira como se trabalhou nas cartas.

1.2 ESTRUTURAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL

A estrutura geral da carta institucional constitui-se de elementos textuais e paratextuais, compondo o chamado texto global. Entende-se como texto global todos os elementos que constituem o texto, tanto os paratextuais e paralinguísticos como o texto da correspondência institucional (ZANOTTO, 2005).

O Quadro 1 exemplifica o protótipo estrutural de cartas institucionais.

Arquitetura da carta institucional					
Texto global	Elementos paratextuais pré-textuais	Contextualizadores	Timbre	Identificadores	Logomarca, razão social, nome fantasia
				Localizadores	Rua, n.º, bairro, cidade, estado, país, CEP
				Elementos de contato	Telefone, e-mail, fax, site, twitter, skype, redes sociais
				Local e data	
	Índice e número				
	Epígrafe				
	Vocativo				
	Elementos textuais		- movimentos retóricos (propósitos comunicativos) - sequências tipológicas		
	Elementos paratextuais pós-textuais	Contextualizadores	Frase de fechamento		
			Fórmula de respeito		
			Assinatura		
			Iniciais		
			P.S.		
			Aviso de cópias		
Aviso de anexos					
Rodapé					

Quadro 1 – Arquitetura da carta institucional

Fonte: Zanotto (2005, p. 79), com adaptações

Conforme o Quadro 1, os elementos textuais (ZANOTTO, 2005, p. 79) representam a essência de todo o texto, estendendo-se do primeiro ao último parágrafo, e são responsáveis pelos propósitos comunicativos principais. Autores tradicionais de livros de redação técnica, empresarial e afins, como Kaspary (1998) e Beltrão e Beltrão (1998), incluem a introdução, o desenvolvimento e a conclusão ou encerramento.

Os **elementos paratextuais** exercem a função de contextualizadores e contribuem para a compreensão do gênero.

Os **elementos paratextuais pré-textuais** são os que iniciam a carta institucional, mas nem sempre aparecem em sua totalidade nas cartas.

O **timbre** engloba os identificadores, os localizadores e os elementos de contato e serve para distinguir a carta de outras instituições. Estes elementos geralmente são fixos, vêm pré-impressos nas folhas de papel e, portanto, não são da responsabilidade do redator da carta.

Os **identificadores** podem compreender a logomarca, o nome-fantasia e a razão social da Instituição. O item que mais salienta-se, aqui, é a logomarca, pois, pode ser considerada como estratégia de marketing, já que representa a instituição visualmente.

Os **localizadores** servem para “ancorar espacialmente” (ZANOTTO, 2005, p. 85) a instituição, auxiliando na praticidade de o destinatário responder à carta. Além disso, permite a utilização de dêiticos do texto que façam referência ao local.

Já os **elementos de contato** visam ao estabelecimento de contato imediato, quando for o caso, entre os interlocutores das cartas.

Elementos contextualizadores também são considerados o local e a data: o primeiro designa a cidade de onde está sendo expedida a correspondência e tem como função orientar o destinatário; a indicação da data é de suma importância nas correspondências, considerando os elementos de interpretação dêitica temporal. Estes elementos são inseridos por iniciativa do redator.

O **índice** e o **número** têm o papel de identificar e nomear a carta. Zanotto (2005, p. 87) explica que “O índice designa a seção, departamento, setor que expede a carta, representado por siglas. Já o número indica a sequência numérica de cartas expedidas, geralmente reiniciada em cada ano civil.”

O **endereçamento interno** informa o destinatário e pode aparecer desde a forma mais completa (com nome, instituição, endereço completo) até a mais abreviada (apenas o nome ou instituição).

A **epígrafe** ou **referência**, ementa, assunto, especifica o assunto da carta. Auxilia na compreensão do texto, antecipando o conteúdo da correspondência.

O **vocativo** exerce a função de chamar o destinatário e é uma amostra potencial de polidez linguística. Também pode exercer a função de especificar o destinatário nas cartas que não constam de endereçamento interno. Após o elemento vocativo, vem o texto da correspondência, que é seguido pelos elementos pós-textuais.

Pode-se citar como elementos **paratextuais pós-textuais** a frase de fechamento, a fórmula de respeito, a assinatura e o cargo, as iniciais, o aviso de anexo, o aviso de cópia e o P.S. A **frase de fechamento**, como o nome já diz, é a maneira de encerrar a carta e de reiterar o que já foi “solicitado” no que se refere ao elemento textual propriamente dito (o texto). Assim como o vocativo, é uma relevante amostra do nível de polidez linguística empregada, bem como a **fórmula de respeito**, que cumpre a exclusiva função de revelar cordialidade. A **assinatura** e o **cargo** compreendem o nome do signatário e do cargo que ocupa na instituição, e a primeira confere autenticidade e compromisso ao documento; as **iniciais** divulgam o redator e o digitador da carta e não são frequentes; os **avisos de anexo e de cópia** já são autoexplicativos e, importante evidenciar que o aviso de cópia pode ser considerada uma questão de polidez, e o **P.S.** (*Post scriptum*) denota uma observação que foi preferencialmente escrita após o corpo do texto.

Salienta-se que, às vezes, aparecem todos os elementos tratados na mesma correspondência, mas isso não é obrigatório.

Todos os elementos constitutivos citados anteriormente serão objetos de análise no Capítulo 4, junto ao *corpus* de análise, e será verificado e explicado o papel de cada elemento nas cartas.

2 POLIDEZ E INTERFACES TEÓRICAS: REVISÃO CRÍTICA

2.1 TEORIAS DA POLIDEZ

Antes de abordarem-se as teorias que tratam do fenômeno da polidez, convém apresentar alguns esclarecimentos sobre o termo “polidez”, propriamente dito. No senso comum, a palavra “polidez”, normalmente, remete à ideia de bons modos, de comportamento de acordo com manuais de etiqueta e de boa educação. Entretanto, a mesma palavra também pode ser entendida como um termo técnico usado no estudo pragmático e sociolinguístico das interações verbais para referir-se aos comportamentos que buscam promover a harmonia em tais interações.

Para diferenciar essas duas formas de entender a “polidez”, Watts (2003, p. 30-31) propõe denominá-las de *polidez(1)* e *polidez(2)*, respectivamente. Sendo assim, a *polidez(1)* remete a comportamentos sociais que são específicos de cada cultura, como: abrir e segurar a porta para que alguém saia antes de você, não arrotar em público, oferecer assento no ônibus para pessoas mais velhas, não falar com a boca cheia, etc. Já a *polidez(2)*, a partir da ideia de que todo encontro social supõe um risco para os interlocutores, é vista como um comportamento linguístico que busca compensar ou minimizar esse risco para que a comunicação ocorra da forma mais harmoniosa possível. Assim, essa polidez também pode ser denominada de “comportamento político”. Entretanto, Watts (2003, p. 31) indica que algumas expressões que poderiam ser classificadas como realizações de *polidez(1)* também fazem parte do comportamento político da interação social *polidez(2)*, como é o caso de expressões formulaicas, que são formas convencionalizadas pelo uso, como “por favor”, “obrigada” ou “desculpe-me”, ao abordar-se um desconhecido na rua para pedir uma informação.

Devido à ênfase no uso da língua, nos falantes e suas escolhas das estratégias linguísticas nas situações concretas, a pragmática oferece um quadro teórico adequado para o estudo da polidez, uma vez que esse fenômeno social se realiza, principalmente, por meio da língua e está relacionado à identidade das pessoas que participam na conversação e aos contextos específicos.

A interação linguística é uma interação social que leva em consideração diversos fatores, entre os quais estão a distância e a aproximação social dos interlocutores e os tipos de relações que se operam entre as pessoas, podendo ser mais ou menos amistosas e/ou mais ou menos profissionais. Assim, o comportamento polido entre as pessoas é uma condição inerente ao fenômeno comunicativo e variante de cultura para cultura, mesmo tendo regras em sentido universal.

O fenômeno da polidez, como um tema que abrange múltiplas facetas, há muito tem despertado o interesse de estudiosos de áreas como a antropologia, a sociologia e a psicologia social. Porém, é a partir do surgimento do modelo de polidez proposto pelos linguistas americanos Penelope Brown e Stephen Levinson (1987 [1978]) que começa a haver um crescente interesse em estudar a polidez linguística como uma parte dos estudos pragmáticos.

Brown e Levinson propõem um minucioso estudo das manifestações verbais dos fenômenos da polidez, buscando relacionar as formas que esses fenômenos adotam em diferentes línguas a fatores contextuais, como as relações de poder, a distância social e as imposições que os falantes realizam por meio de seus enunciados.

A partir das semelhanças das estratégias linguísticas empregadas por falantes de três línguas diferentes – o inglês, o *tâmil* (língua falada no sul da Índia) e o *tzetal* (língua maia falada na comunidade de Tenejapa, no México) – e observando tais estratégias em outras línguas, Brown e Levinson (1987 [1978]) elaboram sua teoria de polidez. Baseando-se nos estudos e observações realizados em tais línguas, eles supõem a universalidade da polidez como um fator regulador das trocas conversacionais.

O estudo de Brown e Levinson (1987, p. 61-90) desenvolve os princípios básicos sobre a face/imagem, os fatores que influenciaram a escolha das estratégias da polidez linguística e os atos de ameaça à face – FTAs – conforme a denominação original dos autores, bem como as circunstâncias das variáveis sociológicas que afetam o modelo da polidez linguística proposto.

“Face”, entendida como autoimagem pública, que cada membro deseja reivindicar para si consiste em dois aspectos, segundos os autores mencionados

acima: a) a imagem negativa – reivindicação básica do território e proteção pessoal, isto é, liberdade de ação e liberdade de imposição; b) imagem positiva – autoimagem positiva ou “personalidade”, incluindo o desejo de que esta autoimagem seja apreciada e aprovada.

A noção de imagem adotada por Brown e Levinson é derivada de Goffman (1967), no sentido de que a imagem está vinculada ao princípio de impedimento e humilhação, ou “face perdida”. Nesse sentido, a imagem, algumas vezes, está emocionalmente investida e, pode estar perdida, mantida ou intensificada durante a interação comunicativa. Em geral, as pessoas cooperam na manutenção da imagem, mas a imagem tem vulnerabilidades e ameaças, nas situações cotidianas entre pessoas, como também nos relacionamentos de negócios no âmbito intra e intercultural.

Segundo Goffman,

o termo *face* pode ser definido como um valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha tomada por ela durante um contato específico. Face é a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados (...) (GOFFMAN, 1967, p. 5)⁴

O conceito de *face* exige o entendimento de outra noção muito utilizada nos estudos de Goffman (1967), que é o conceito de *linha*. Pode-se entender o termo ‘linha’ como um padrão de atos verbais e não verbais de um indivíduo que expressam a sua visão da situação, a sua avaliação dos participantes, inclusive a sua avaliação de si mesmo durante o momento da interação, num encontro social.

Em relação à *face*, Goffman (1967) esclarece:

Não é algo que se aloja dentro ou na superfície do corpo de uma pessoa, mas sim algo que se localiza difusamente no fluxo de eventos que se desenrolam no encontro, e se torna manifesto apenas quando estes eventos são lidos e interpretados em função das avaliações que neles se expressam (GOFFMAN, 1967, p. 7).⁵

Mesmo que a *face* seja o que um indivíduo possua de mais pessoal, ela é apenas um empréstimo que lhe foi feito pela sociedade, ela é um produto pessoal.

⁴ Texto original: “The term face may be defined as the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is an image of self delineated in terms of approved social” (GOFFMAN, 1967, p. 5)

⁵ Texto original: “Is something that is not lodged in or on his body, but rather something that is diffusely located in the flow of events in the encounter and becomes manifest only when these events are read and interpreted for the appraisals expressed in them” (GOFFMAN, 1967, p. 7).

Assim, a face carrega um duplo sentido ao ser um produto do desempenho dos indivíduos e de esse desempenho ser restringido por normas sociais, sendo apenas validada pelo outro, pela sociedade.

Para Goffman (1967), as pessoas utilizam dois tipos de procedimentos na elaboração da face (*face-work*) quando têm o objetivo de atenuar ações ameaçadoras: há o trabalho de evitar e o de corrigir ações ameaçadoras, já que, segundo o autor, a manutenção da face é uma condição da interação.

Brown e Levinson explicam:

Nossa noção de face deriva daquela de Goffman (1967) e do termo folclórico em inglês que liga a face às noções de estar constrangido ou humilhado ou “perdendo a face”. Assim, a face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e que tem que ser constantemente cuidada numa interação. Em geral, as pessoas cooperam (e pressupõem a cooperação mútua) na manutenção da face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face. Isto é, normalmente, a face de qualquer um depende da manutenção da face de todos os outros e, como se pode esperar que as pessoas defendam suas faces quando ameaçadas, e, ao defender suas próprias faces, ameaçam a face dos outros, geralmente é de interesse de cada participante manter a face do outro, isto é, agir de forma a assegurar aos outros participantes que o agente está atento às pressuposições relativas à face ameaçada (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61).⁶

Porém, apesar de utilizarem as noções de face e território de Goffman, Brown e Levinson (1987) rebatizam esses conceitos por ‘face positiva’ e ‘face negativa’, respectivamente, definindo os conceitos da seguinte forma:

- a) Face positiva é tudo aquilo que o interlocutor exhibe para obter aprovação ou reconhecimento, correspondendo ao desejo que as pessoas têm de serem aceitas;
- b) Face negativa é o “território” que o interlocutor deseja preservar ou ver preservado.

⁶ Texto original: “Our notion of ‘face’ is derived from that of Goffman (1967) and from the English folk term, which ties face up with notions of being embarrassed or humiliated, or ‘losing face’. Thus face is something that is emotionally invested, and that can be lost, maintained, or enhanced, and must be constantly attended to in interaction. In general, people cooperate (and assume each other’s cooperation) in maintaining face in interaction, such cooperation being based on the mutual vulnerability of face. That is, normally everyone else’s being maintained, and since people can be expected to defend their faces if threatened, and in defending their own to threaten others’ faces, it is in general in every participant’s Best interest to maintain each other’s face, that is to act in ways that assume the other participants that the agent is heedful of the assumptions concerning face given under above” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61).

Os autores aliam à noção de face as estratégias de polidez, recurso utilizado com o intuito de preservar sua face e a do parceiro na interação verbal.

Brown e Levinson, assim como Goffman, também concebem a interação verbal como uma atividade inerentemente ameaçadora da face. Para esses autores, o simples fato de os indivíduos entrarem em contato provoca um desequilíbrio das faces. Por esta razão, os autores afirmam que, em geral, ao se engajarem em uma conversação, os indivíduos estão conscientes da vulnerabilidade da face e assim cooperam mutuamente para sua manutenção.

A partir de dados reais extraídos de conversações das três línguas citadas acima, Brown e Levinson defendem que a polidez seja um fenômeno universal, pois percebem que a negociação da imagem (face) nas interações cotidianas apresenta também caráter universal. Porém, os autores advertem (1987, p. 61) que, em cada sociedade particular, a face está sujeita às especificidades culturais, o que torna possível modificar a intensificação ou suavização dos atos de ameaça à imagem, vinculados fundamentalmente às ideias que prevalecem no contexto de vida pessoal social onde os fenômenos da polidez linguística ocorrem. Para tanto, deve-se aprofundar estudos sobre a identidade dos grupos sociais no processo de interação comunicativa. Neste estudo é relevante a exposição dos autores a respeito dos três fatores sociológicos que determinam o nível de polidez linguística, que o falante usa em relação a um ouvinte (1987, p. 15): a) o **poder relativo** (P) do ouvinte sobre o falante; b) a **distância social** (D) entre falante e ouvinte e c) o **grau de imposição** (R) envolvendo a realização do **ato de ameaça à imagem** (FTA). Interessante observar que a visão de tais categorias analíticas dos fatores P, D e R que os autores especificam como determinantes sociais específicos podem conduzir ao questionamento e à percepção de outros fatores que se operam e afetam a relação comunicativa, com variação de cultura para cultura, tais como o nível de (in)formalidade que prevalece em determinados grupos sociais.

Na proposta de Brown e Levinson, pode-se entender a polidez como um efeito de sentido produzido por certas estruturas linguísticas, em contextos específicos, usadas para amenizar os efeitos de um FTA (ato ameaçador de face), preservando as faces ameaçadas. Para os autores, os fatores que influenciarão um FTA, determinando a escolha de estratégias de polidez, são: distância social do

falante e do ouvinte, relação de poder entre os interactantes e as normas de conduta impostas por determinada cultura.

Para Brown e Levinson (1987), existem algumas intenções envolvidas na comunicação, quando se quer evitar os danos provocados por atos ameaçadores de face: em primeiro lugar, o desejo de comunicar o conteúdo de um FTA; em segundo, o desejo de ser eficiente e urgente; e, por último, o desejo de manter, em algum grau, a face de nosso interlocutor.

A partir das intenções comunicativas acima é que determinadas estratégias de polidez são escolhidas pelos participantes da interação podendo ser enunciadas por eles de formas distintas.

As realizações das estratégias da polidez linguística desenvolvida por Brown e Levinson (1987) partem da premissa descritiva de superestratégias, que são: polidez positiva, *bald on record*, polidez negativa e *off record* como recursos de análise das expressões verbais dos atos de ameaça à imagem, de acordo a uma determinação racional do risco da imagem e as escolhas dos enunciados comunicativos entre os participantes.

As **estratégias da polidez positiva** envolvem mecanismos em que o falante compartilha conhecimentos de mundo, metas e valores com o ouvinte; o falante e o ouvinte fazem parte do mesmo conjunto de pessoas que possuem os mesmos desejos. Além disso, o falante tem perspectivas e desejos comuns ao ouvinte como membro interno do grupo. Isso possibilita baixa formalidade nos usos das expressões linguísticas, mas sem perder de vista que, em situações da vida organizacional, há posições hierárquicas e relações de poder diferentes daquelas encontradas na vida cotidiana.

Nas **estratégias da polidez negativa**, o desejo comunicativo do falante é de não se impor ao ouvinte, existindo grande distância social e maior nível de formalidade na interlocução, na qual o falante procura elevar o tratamento em relação ao ouvinte, manifestando deferência, expressões honoríficas e um nível de distância social e poder maior em relação ao ouvinte.

As **estratégias off Record** caracterizam-se como atos comunicativos realizados de modo que não seja possível atribuir uma intenção comunicativa clara. Os enunciados são essencialmente de uso indireto. Se um falante quer praticar um

FTA, mas quer eximir-se da responsabilidade, pode fazê-lo e deixar ao ouvinte/destinatário decidir como interpretá-lo. Tais estratégias devem estar nos contextos dos participantes dos atos comunicativos empregados, tais como a ironia, a insinuação, o uso de contradições, ser vago ou ambíguo, dentre outras.

O emprego das **estratégias *bald on record*** busca a máxima eficiência comunicativa, em conformidade com as máximas de Grice (1975), que caracterizam os princípios conversacionais. Em geral, a razão primária para uso dessas estratégias está relacionada ao desejo do falante em fazer o FTA com máxima eficiência, mais do que o desejo de satisfazer a imagem do ouvinte. As vantagens destas estratégias são a intenção de evitar mal entendidos, resgatar a face, ser reconhecido como honesto.

2.1.1 Polidez positiva

A polidez positiva é um tipo de estratégia que procura manter a face positiva do interlocutor, já que dela o desejo que se tem de ser admirado pelos outros é alimentado. Ao usar de estratégias de polidez positiva, o falante indica que pertence ao mesmo grupo social do ouvinte, demonstra também alguma admiração pelo seu interlocutor e, ainda, que está disposto a beneficiar o ouvinte com sua cooperação na atividade interacional. Ao utilizar as estratégias de polidez positiva, o falante assume estratégias de envolvimento para diminuir a distância social. São elas (Quadro 2):

1 – Focalize os interesses, desejos, necessidades do ouvinte.	
Exemplo	You must be hungry; it's a long time since breakfast. How about some lunch?
Tradução	Você deve estar com fome, faz muito tempo desde o café. Gostaria de almoçar?
2 – Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo ouvinte.	
Exemplo	"What a fantastic Garden you have!"
Tradução	Que jardim fantástico você tem!
3 – Intensifique o interesse pelo outro.	
Exemplo	"You Always do the dishes! I'll do them this time."
Tradução	Você sempre cozinha! Vou fazer a comida desta vez.
4 – Use marcas de identidade de grupo.	
Exemplo	"Come here, mate."
Tradução	Venha aqui, companheiro.
5 – Procure concordância.	
Exemplo	"A: I had a flat tire on the way home. B: Oh God, a flat tire!"
Tradução	A: Eu tinha um pneu furado no caminho de casa. B: Oh Deus, um pneu furado!
6 – Evite discordância.	
Exemplo	"A: You hate your Mom and Dad. B: Oh, sometimes."
Tradução	A: Você odeia sua mãe e seu pai. B: Oh, às vezes."
7 – Focalize os interesses, desejos, necessidades do ouvinte.	
Exemplo	"A: Oh this cut hurts awfully, Mum. B: Yes dear, its hurts terribly, I know."
Tradução	A: Oh, esse corte é horrível, mãe. B: Sim querido, ele dói terrivelmente, eu sei.
8 – Brinque.	
Exemplo	"OK if I tackle those cooks now?"
Tradução	Tudo bem se eu atacar esses biscoitos agora?
9 – Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos dos outros.	
Exemplo	"I know you love roses but the florist didn't have any more, so I brought you geraniums instead."
Tradução	Eu sei que você ama rosas, mas o florista não tinha mais, então eu comprei gerânios ao invés de rosas.
10 – Ofereça, prometa.	
Exemplo	"I'll drop by sometime next week."
Tradução	Eu virei em algum momento na semana que vem.
11 – Seja otimista.	
Exemplo	"Look, I'm sure you won't mind if I remind you to do the dishes tonight."
Tradução	Veja, eu tenho certeza de que você não se importará se eu lembra-lo de cozinhar essa noite.
12 – Inclua o ouvinte na atividade.	
Exemplo	"Give us a break."
Tradução	Dê-nos um intervalo.
13 – Forneça ou peça razões.	
Exemplo	"Why not lend me your cottage for the weekend?"
Tradução	Por que não me empresta o seu chalé para o fim de semana?
14 – Simule ou explicita reciprocidade.	
Exemplo	"I'll do X for you if you do Y for me."
Tradução	Eu farei X para você se você fizer Y pra mim.
15 – Forneça presentes ao ouvinte (qualidade, simpatia, cooperação).	
Exemplo	Brown e Levinson (1987) não apresentam um exemplo para essa estratégia de polidez.

Quadro 2 – Estratégias de Polidez Positiva, a partir de Brown e Levinson (1987).

Fonte: Elaborado pela autora.

2.1.2 Polidez negativa

A polidez negativa é um tipo de estratégia endereçado à face negativa do ouvinte, atua no sentido de tentar evitar a imposição ao interlocutor. Corresponde ao que se espera de um comportamento respeitoso e baseia-se em tópicos que o falante deve evitar, como a invasão do território pessoal de seu ouvinte (Quadro 3).

1 – Seja convencionalmente indireto.	
Exemplo	“Can you please pass the salt?”
Tradução	Você pode, por favor, passar o sal?
2 – Questione, seja vago.	
Exemplo	“I think that Harry is coming.”
Tradução	Eu acho que Harry está vindo.
3 – Seja pessimista.	
Exemplo	“Perhaps you’d care to help me.”
Tradução	Talvez você se importasse em me ajudar.
4 – Minimize a imposição.	
Exemplo	“I just want to ask you if I can borrow a little paper?”
Tradução	Eu só queria perguntar a você se eu poderia pegar um papel pequeno?
5 – Mostre respeito.	
Exemplo	“That’s all right, sir.”
Tradução	Está tudo certo, senhor.
6 – Peça desculpas.	
Exemplo	“I’m sorry to bother you, but...”
Tradução	Perdoe-me por incomodar, mas...
7 – Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes eu e você.	
Exemplo	“It’s broken.”
Tradução	Isso quebrou.
8 – Declare o FTA como regra geral.	
Exemplo	“We don’t sit on tables, we sit on chairs, Johnny.”
Tradução	Nós não sentamos em mesas, nós sentamos em cadeiras, Johnny.
9 – Nominalize.	
Exemplo	“It’s pleasant to be able to inform you.”
Tradução	É um prazer estar apto para informá-lo.
10 – Aja como se estivesse assumindo o débito, ou como se estivesse em dívida com o ouvinte.	
Exemplo	“I’d be eternally grateful if you could...”
Tradução	Eu estaria eternamente grato se você pudesse...

Quadro 3 – Estratégias de Polidez Negativa, a partir de Brown e Levinson (1987).

Fonte: Elaborado pela autora.

2.1.3 Off record

No modo de realização linguística *off record*, o locutor evita responsabilizar-se por seus enunciados, tenta se esquivar do comprometimento diante dos atos ameaçadores de face que produz na interação. Deixa ao seu interlocutor a responsabilidade de interpretação do que enuncia, evitando, assim, uma possível, ameaça às suas faces. Vantagens: evitar coações, sofrer menos riscos de perda de faces na interação, exercer manipulação disfarçada e testar os sentimentos do interlocutor com a transferência de interpretação que recai sobre o ouvinte com atos indiretos de fala (Quadro 4).

1 – Forneça pistas, faça insinuações.	
Exemplo	“It is cold in here.”
Tradução	Está frio aqui.
2 – Forneça pistas de associação.	
Exemplo	“Oh god, I’ve got the headache again.”
Tradução	Oh Deus, estou com dor de cabeça novamente.
3 – Pressuponha.	
Exemplo	“I washed the car again today.”
Tradução	Eu lavei o carro novamente hoje.
4 – Diminua a importância.	
Exemplo	“That dress is quite nice.”
Tradução	Esse vestido está relativamente bom.
5 – Exagere.	
Exemplo	“I tried to call a hundred times, but...”
Tradução	Eu tentei ligar uma centena de vezes, mas...
6 – Use tautologias.	
Exemplo	“War is war.”
Tradução	Guerra é guerra.
7 – Use contradições.	
Exemplo	“Well, John is here and he isn’t here.”
Tradução	Bem, John está aqui e não está aqui.
8 – Seja irônico.	
Exemplo	“John is a real genius.”
Tradução	John é realmente um gênio.
9 – Use metáforas.	
Exemplo	“Harry is a real fish.”
Tradução	Harry é realmente um peixe.
10 – Faça perguntas retóricas.	
Exemplo	“What can I say?”
Tradução	O que eu posso dizer?
11 – Seja ambíguo.	
Exemplo	“John’s a real genius.” (after John has Just done twenty stupid things in a row).
Tradução	John é um gênio. (frase dita após John ter feito vinte coisas estúpidas).
12 – Seja vago.	
Exemplo	“I’m going you know where.”
Tradução	Eu estou indo, você sabe onde.

13 – Generalize.	
Exemplo	“People who live in glass houses shouldn’t throw stones.”
Tradução	Quem tem teto de vidro, não atira pedra no telhado dos outros.
14 – Desloque o ouvinte.	
Exemplo	Brown e Levinson (1987) não apresentam um exemplo para essa estratégia de polidez.
15 – Seja incompleto, use elipses.	
Exemplo	“Well, I didn’t see you...”
Tradução	Bem, eu não vi você...

Quadro 4 – Estratégias *Off record*, a partir Brown e Levinson (1987).

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao utilizar de polidez indireta, o falante transfere ao ouvinte a responsabilidade de fazer inferências a respeito do que disse. Ao usar de indiretividade, o falante fere as máximas propostas por Grice (qualidade, quantidade, modo e relevância), e o ouvinte deve notar e interpretar as implicaturas conversacionais que surgem com a quebra das máximas conversacionais, por meio de inferências. Na figura abaixo, Brown e Levinson (1987) constroem um esquema que aponta como cada uma das estratégias de polidez indireta (*off record*) desrespeitam uma das quatro máximas propostas por Grice (1982):

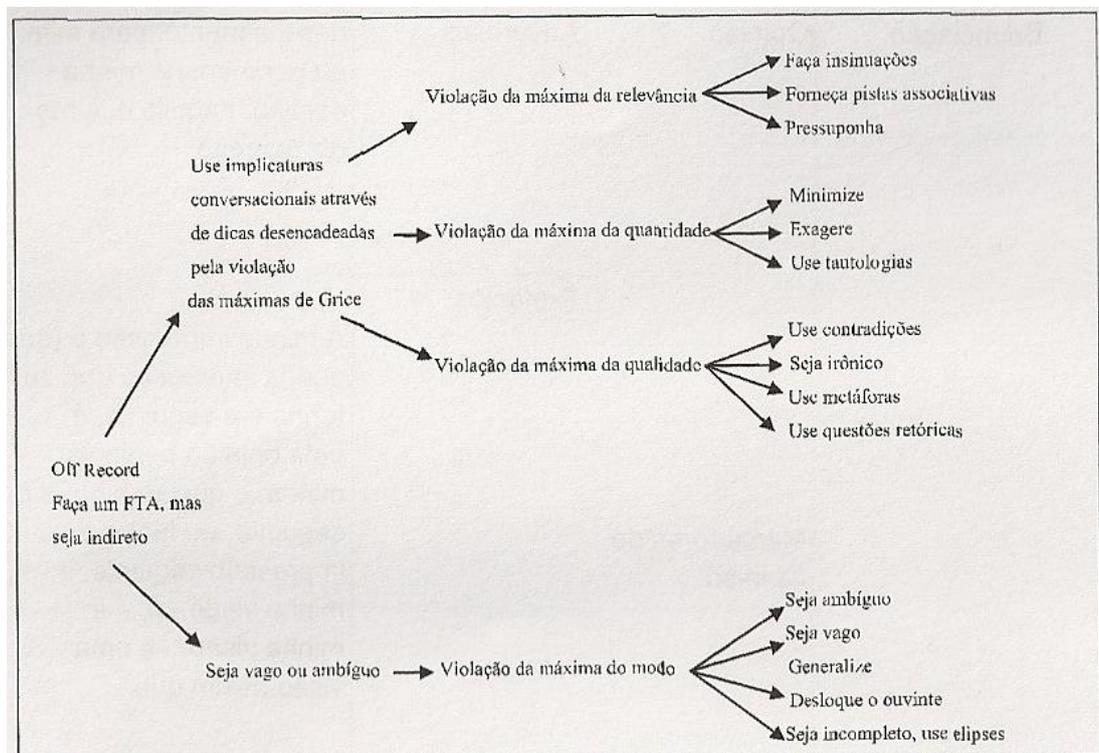


Figura 1 – Estratégias *Off record*

Fonte: Brown e Levinson (1987, p. 214).

2.1.4 *Bald on record*

Na estratégia *bald on record*, o locutor não está muito preocupado em como dizer alguma coisa, mas no que diz. Tem o objetivo maior de comunicar algo, não dando atenção à forma como uma determinada mensagem é por ele transmitida. O uso de verbos no imperativo é um exemplo deste tipo de realização comunicativa. As vantagens de tal estratégia não são comentadas por Brown e Levinson.

No estudo da polidez linguística há divergências entre as abordagens teóricas apresentadas por diversos autores, principalmente em relação aos postulados universais, à problematização da imagem e à tônica racionalista adotada por Brown e Levinson.

Bravo (2004, p. 5-37) afirma que a polidez é um fenômeno sociocultural ao tratar das manifestações linguísticas que solicita um enfoque interdisciplinar considerando os aspectos teórico-metodológicos. Para a autora, apesar do alto grau explicativo das categorias analíticas defendidas no modelo de Brown e Levinson, tal modelo é questionado pelo seu “etnocentrismo”, o que dificulta muito a análise do fenômeno da polidez linguística em situações comunicativas apresentadas em diferentes culturas em países distintos. Em relação às concepções de imagem positiva e negativa, como conceito universal, defendido pelos mesmos autores mencionados acima, Bravo argumenta que nem sempre coincide em todas as sociedades e respectivas culturas e que possam ser configuradas do mesmo modo. O contexto sociocultural precisa ser verificado previamente para identificar as barreiras que estão inseridas nele, além de considerar a influência e participação efetiva do ouvinte/leitor no estudo do comportamento da polidez linguística. Bravo propõe as categorias analíticas de “autonomia” e “afiliação” no que se refere a uma dimensão mais ampla, onde as necessidades do indivíduo e do grupo possam coincidir ou não, dependendo de como estas categorias são preenchidas com significados e valores socioculturais.

Haverkate (1994) desenvolve sua abordagem, afirmando que a cortesia linguística é considerada como “forma de comportamento universal” devendo ser respeitadas as normas próprias de cada cultura específica. Para análise da cortesia verbal são primordiais os conceitos de face positiva e negativa. O conceito de face

positiva trata da imagem positiva que o indivíduo tem de si mesmo e aspira que seja reconhecida e reforçada pelos membros da sociedade. No segundo, o desejo de cada indivíduo que seus atos não sejam impedidos pelos outros, conforme estudos de Brown e Levinson (1987). No campo das diferenças culturais, a validade universal da imagem precisa ser revista porque há culturas em que ocorre alternância na função e interpretação da imagem positiva e negativa diante da diversidade do papel social dos interlocutores.

Na obra organizada por Bravo e Briz (2004), Haverkate, ao tratar da cortesia linguística intercultural afirma que pode haver dois níveis de análise, conforme o foco do investigador possa centrar-se: a dimensão “intracultural” ou “intercultural” do processo comunicativo. Na primeira, como já foi comprovado, em termos gerais, que as classes socioeconômicas menos privilegiadas mostram preferência pela cortesia positiva, inclinando-se a estabelecer laços de amizades. As camadas mais elevadas da sociedade tendem a orientar-se através do distanciamento interpessoal dando valor especial à cortesia negativa.

Como dito anteriormente, após os estudos de Brown e Levinson (1987), muitos estudos na área da polidez surgiram, inclusive inspirados em suas descobertas, alguns concordando com os autores, mas fazendo algumas contribuições, desenvolvendo aspectos que os autores não contemplaram, outros discordando da linha seguida pelos autores no trato da interação verbal e da polidez linguística. Assim, apresenta-se também a contribuição de Kerbrat-Orecchioni (2005).

Catherine Kerbrat-Orecchioni (2005) faz uma reflexão sobre a teoria de Brown e Levinson (1987), concluindo que os atos de fala tomam uma dimensão de atos ameaçadores de face (FTAs) no estudo desses autores. A autora parte da seguinte questão:

A questão que se coloca, então, é saber como os sujeitos vão conseguir conciliar as exigências de suas faces com o fato de a maior parte dos atos de linguagem poderem constituir uma ameaça a uma e/ou outra dessas faces, as quais são ao mesmo tempo – e contraditoriamente – alvo de ameaças permanentes e algo que é necessário preservar (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 87)

Na perspectiva de Orecchioni (2005), autores como Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987) responderam à questão acima de determinada forma, e ela também propõe uma resposta à problemática colocada por ela própria. Goffman, segundo a autora, defende a ideia de que os sujeitos resolvem essa contradição de constante ameaça e necessidade de preservação da face com um trabalho de face (*face-work*) constante, termo que designa, para esse autor tudo que os indivíduos fazem para que não ocorra a sua perda de face e a do outro. Brown e Levinson (1987), por sua vez, solucionam a contradição da questão acima com a polidez, já que

aparece como um meio de conciliar o desejo mútuo de preservação das faces com o fato de que a maior parte dos atos de linguagem produzidos ao longo da interação são potencialmente ameaçadores para uma ou outra dessas mesmas faces (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 87)

A partir disso, a autora diz que os atos de linguagem não se resumem aos atos ameaçadores de face (FTAs) conforme indicam Brown e Levinson. Muitos dos atos de fala são valorizadores ou elogiosos à face do outro. Cria, dessa forma, outra categoria de atos de fala, os FFAs (*Face Flattering Act*). Diz, ainda, que a interação é um “incessante e sutil jogo de pêndulo entre FTAs e FFAs”. Para exemplificar esse jogo entre FTAs e FFAs, a autora oferece duas situações interacionais:

A comete alguma ofensa contra B (FTA) e logo tenta repará-la com um pedido de desculpa (FFA);
A faz algum favor para B (FFA) e cabe então a B produzir algum FFA de volta (agradecimento ou outra gentileza) para restabelecer o equilíbrio ritual entre os interagentes: é uma troca de bons procedimentos (ou o sistema do “é dando que se recebe”) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 87)

Ou seja, para a linguista francesa, o conjunto de atos de fala divide-se em dois grandes grupos: aqueles que produzem efeitos essencialmente negativos para as imagens, como ordens ou críticas, ou essencialmente positivos, como elogios e agradecimentos (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 82)

2.1.5 Grice e o Princípio de Cooperação (PCO)

Pode-se dizer que o interesse pelo estudo da polidez no âmbito da linguística e, mais especificamente, da pragmática, tem como ponto de partida a perspectiva apresentada pelo filósofo da linguagem Paul Grice no artigo *The logic of conversation* (1982 [1975]). A partir da suposição de que a linguagem tem a comunicação como fim primordial e de que o que os interlocutores desejam é uma comunicação eficaz, Grice postula o Princípio de Cooperação (PCO), o qual guiaria toda comunicação verbal entre os seres humanos: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p. 86). Segundo esse princípio, quando dois ou mais usuários da língua se propõem a interagir verbalmente, normalmente irão cooperar para que a interação ocorra da melhor forma possível. De acordo com Grice, são quatro as máximas conversacionais que explicitam o PCO, sendo que três delas apresentam algumas submáximas:

- Máxima da Quantidade: diga somente o necessário. a) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido pelo propósito do intercâmbio verbal; b) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

- Máxima da Qualidade: Seja sincero. a) Não diga nada que você acredite ser falso; b) Não diga nada de cuja verdade você não tem prova suficiente.

- Máxima da Relação (Relevância): Seja relevante.

- Máxima de Modo: Seja claro. a) Evite obscuridade da expressão; b) Evite ambiguidade; c) Seja ordenado.

Após introduzir as quatro máximas do PCO, Grice sinaliza que

há, naturalmente, toda sorte de outras máximas (de caráter estético, social ou moral), tais como ‘Seja polido’, que são também normalmente observadas pelos participantes de uma conversação, e estas máximas também podem gerar implicaturas não-convencionais (GRICE, 1982, p. 88).

Grice procurou demonstrar que pode existir diferença entre o que se diz e o que se pensa ao afirmar que existe uma diferença entre as línguas naturais e as línguas artificiais. As línguas naturais apresentam elementos que não podem ser rotulados com qualquer valor de verdade, o leva à noção de **implicatura**. O autor utiliza tal termo para referir-se ao que os interlocutores inferem em uma conversação, com base no enunciado e na relação existente entre esse enunciado e os elementos situacionais e não verbais. A noção de implicatura, como formulada por Grice, constitui uma contribuição relevante e interessante para o desenvolvimento da Pragmática, porém, neste trabalho não será elucidada.

2.2 ATOS DE FALA E MARCAS DE POLIDEZ

A noção de atos de fala surgiu com o trabalho do filósofo da linguagem britânico J. L. Austin e desde os anos 60 vem sendo estudada, reelaborada e ampliada, por estudiosos de diferentes áreas, entre eles filósofos e linguistas. Em meio ao auge do positivismo lógico, Austin, dadas as inúmeras imperfeições constatadas no mecanismo de significação da linguagem cotidiana ou ordinária, formula sua teoria dos atos de fala, que foi publicada em 1962 no livro *How to do things with words*.⁷ Nesse trabalho, Austin mostra a realização de atos com enunciados e que há condições associadas à realização bem sucedida dos atos de fala. Entretanto, foi o americano John Searle, também filósofo da linguagem e discípulo de Austin, quem ampliou e sistematizou as ideias deste, propondo, inclusive, que a realização do ato de fala é governada por regras. As noções centrais do que é considerada a teoria clássica dos atos de fala estão reunidas no livro *Speech Acts: an essay on the philosophy of language* (SEARLE, 1969).

A partir da noção de que o significado das palavras e seu uso estão sistematicamente relacionados na linguagem, a teoria dos atos de fala parte do princípio de que é possível classificar de forma sistemática as intenções comunicativas dos falantes e as formas em que elas são codificadas linguisticamente em contexto. A ideia básica presente no trabalho desses estudiosos

⁷ Traduzido ao português como “Quando dizer é fazer”.

é que a linguagem é ação, uma vez que as expressões linguísticas são capazes de realizar certos tipos de atos comunicativos, como fazer declarações, “perguntar”, “pedir”, “dar instruções”, “desculpar-se”, “agradecer”, e assim por diante. Nessa perspectiva, não se parte da análise de sentenças e sim de enunciados, uma vez que são atos realizados em situações concretas de comunicação. Com isso, os atos de fala passam a ser vistos como as unidades básicas da comunicação humana.

Austin apresenta as fundações do que ficou conhecido como a teoria dos atos de fala padrão. Ele parte da observação de que certas expressões (como “eu me desculpo”, “eu te batizo”, “eu os declaro marido e mulher”, etc.) não podem ser analisadas em termos de valor de verdade, pois tais enunciados não pretendem ser verdadeiros ou falsos, mas sim “fazer” coisas pelo uso linguístico.

Austin denominou esse tipo de enunciado de performativos ou realizativos. Ele também notou que para realizar sua função performativa, como uma “desculpa” ou um “aviso”, tais enunciados precisam encontrar certas condições contextuais, denominadas *condições de felicidade*. Assim, tanto as circunstâncias quanto os participantes devem ser apropriados para a realização bem sucedida do ato de fala. Por exemplo, em uma cerimônia de casamento, para que a declaração “Eu os declaro marido e mulher” tenha validade, ela deve ser enunciada por um padre ou um juiz, ou seja, alguém que tenha autoridade para, de fato, realizar tal ato. Além disso, as intenções dos falantes devem coincidir com o que dizem. Se alguém disser “Eu prometo chegar no horário”, mas não tem a intenção de manter a promessa, então o enunciado será falho, não sendo considerado como uma promessa.

Austin foi o primeiro a observar que, quando se fala, realizam-se três tipos de atos de forma simultânea, ou seja, um ato de fala é composto por um:

- ato locucionário: dá-se no nível fonológico-sintático-semântico; este é o ato de dizer algo, ou seja, de emitir uma sequência de sons seguindo as regras da língua e com uma referência no mundo.

- ato ilocucionário: refere-se à intenção com que o falante formula uma sentença, atribui determinada forma ilocucionária ao dito. Este ato ocorre quando uma produção linguística é enunciada para satisfazer uma necessidade comunicativa específica, por exemplo, fazer uma asserção, perguntar, dar uma informação, dar um conselho, fazer um pedido, etc.

- ato perlocucionário: está relacionado ao efeito que se pretende causar no interlocutor (convencê-lo, assustá-lo, emocioná-lo, irritá-lo, etc.) e realiza-se quando o falante atinge o objetivo previsto por meio de seus enunciados.

Pode-se dizer que a distinção de Austin entre ato “locucionário” e “ilocucionário” remete respectivamente à distinção entre “forma” e “função comunicativa”.⁸ Assim, ao emitir uma sentença como “está frio aqui” o falante está produzindo o ato locucionário, o qual está organizado de acordo com as regras gramaticais da língua portuguesa e que expressa que a temperatura está baixa em determinado lugar (conteúdo proposicional). Se o falante produz tal ato de fala com intenção de obter algo de seu interlocutor, tem-se que o ato acarreta uma força ilocucionária. É o que ocorre quando um falante diz “está frio aqui” com a intenção de que alguém ligue um aquecedor ou feche uma janela, por exemplo. Neste último caso, o enunciado passa a funcionar como um pedido. Por último, o ato de fala terá um efeito perlocucionário se o falante conseguir seu objetivo, ou seja, que o interlocutor ligue o aquecedor ou feche a janela. Este último aspecto é totalmente dependente das condições particulares em que o ato de fala é produzido, não sendo predizível. Sendo assim, para que um ato de fala alcance os objetivos visados pelo falante, é necessário que o interlocutor seja capaz de captar sua intenção.

Após propor a distinção entre atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, Austin (1962) apresenta uma classificação preliminar de cinco categorias de forças ilocucionárias em grupos de atos de fala relacionados:

- **Veridictivos**: fazem um julgamento sobre algo fundado na evidência ou em boas razões sobre um valor ou fato (analisar, descrever, caracterizar, etc.);

- **Exercitivos**: são aqueles que se referem ao exercício do poder, direitos ou influência (ordenar, comandar, recomendar, aconselhar...);

⁸ A percepção de Austin de que um ato de fala é composto pelos atos locucionário (forma), ilocucionário (intenção-função) e perlocucionário (efeito), juntamente com a noção de competência comunicativa elaborada no início dos anos 70 pelo etnolinguista Dell Hymes (1972), teve um papel importante no surgimento da abordagem de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras conhecida como “comunicativa”. Hymes, influenciados pelas teorias formuladas, pelos filósofos da linguagem, introduz o conceito de competência comunicativa como uma reação à noção de competência gramatical cunhada pelo gerativismo chomskiano, a qual não contempla as regras do uso da língua. Assim, na visão de Hymes, para que o falante seja comunicativamente competente, além do domínio das regras gramaticais de boa formação de sentenças, é necessário dominar também as regras que determinam o uso da língua – de forma a adequar os enunciados aos contextos discursivos.

- **Comissivos:** o falante se compromete a fazer algo ou anuncia sua intenção de fazer algo (prometer, garantir, jurar, etc.);

- **Comportamentais:** estão relacionados às atitudes e reações do comportamento social (desculpar-se, agradecer, felicitar, fazer um brinde, criticar, amaldiçoar, etc.);

- **Expositivos:** usados para expor visões, conduzir uma argumentação, esclarecer usos e referências (afirmar, negar, perguntar, responder, conceder, etc.).

Searle (1975) observa que, com a proposta anterior, Austin acaba por classificar os verbos como ilocucionários ao invés de uma classificação de atos ilocucionários (ARMENGAUD, 2006. p. 104)

Apesar disso, as ideias de Austin de que agimos sobre o mundo, sobre os outros e sobre nós mesmos por meio da linguagem – dizer é fazer – e a distinção entre a forma superficial (ato locucionário) e a função de um enunciado (ato ilocucionário) foram fundamentais para a pragmática.

Searle mantém os pressupostos básicos austinianos de que os atos de fala são as unidades básicas da comunicação linguística – e não símbolos, palavras ou sentenças como acreditava-se – e de que a realização de um ato de fala envolve a realização de vários atos ao mesmo tempo. Entretanto, modifica a noção de ato locucionário de Austin desdobrando-o em ato de enunciação – a emissão de palavras – e ato proposicional – o ato de referir e predicar (SEARLE, 1981, p. 34-35).

A partir das elaborações de Austin, Searle (1981 [1969]; 1975) propõe uma categorização dos tipos de atos ilocucionários, agrupando-os em cinco categorias principais:

- **Representativos:** enunciados que descrevem algum estado de coisas (“O sol nasce ao leste”) afirmando, concluindo, argumentando, etc. Esse tipo de enunciado compromete o falante com a veracidade da proposição expressada.

- **Diretivos:** tipo de enunciado que se destina a conseguir que o ouvinte faça algo por meio de atos como aconselhar, sugerir, ordenar, comandar, pedir (as perguntas são uma subclasse de diretivos). Os atos diretivos incluem enunciados como “Desligue a televisão, por favor” ou “Que horas são?”.

- **Comissivos:** são enunciados que comprometem o falante com a realização de uma ação futura, incluindo atos como prometer, jurar e garantir.

- **Expressivos:** incluem atos usados para expressar o estado psicológico do falante, como agradecer, desculpar-se, felicitar, desejar boas-vindas, etc.

- **Declarações:** esse tipo de enunciado efetiva uma mudança em algum estado de coisas (geralmente institucionalizada). Exemplos clássicos são: batizar alguém, declarar a paz, demitir um empregado e excomungar.

Ao fazer-se um paralelo entre os atos de Searle e os de Austin, observa-se que Searle, embora renomeie a maioria dos atos austinianos, mantém as principais características definitórias de três deles.

Os atos “diretivos”, “comissivos” e “expressivos” de Searle relacionam-se, respectivamente, aos “exercitivos”, “comissivos” e “comportamentais” de Austin. Já os atos “representativos” searleanos, reúnem características dos “veridictivos” e dos “expositivos”. As “declarações”, por outro lado, não estão relacionadas a nenhuma das cinco categorias austinianas. Elas estão ligadas ao que Austin, inicialmente, considerou como enunciados performativos ou realizativos.

Ainda que seja possível relacionar alguns dos atos de Searle aos de Austin, pode-se dizer que a principal mudança da proposta daquele está no estabelecimento de critérios mais sólidos para a classificação dos valores ilocucionários. Com isso, em busca de uma taxonomia consistente e regida por princípios, Searle (1976) leva em consideração diferentes dimensões do ato de fala, das quais as três mais importantes são: (a) o ponto ilocucionário ou a finalidade do ato – as ordens, por exemplo, têm o mesmo ponto ilocucionário que os pedidos e as súplicas (fazer com que o interlocutor faça algo)⁹, diferindo do ponto das promessas (comprometer-se a fazer algo); (b) a direção de ajuste entre as palavras e o mundo – parte do ponto ilocucionário de alguns atos consiste em fazer com que as palavras se ajustem ao mundo (representativos) ou fazer com que o mundo se ajuste às palavras (diretivos ou comissivos), para os atos expressivos a direção de ajuste não é relevante e para as declarações o ajuste se dá nas duas direções; e (c) os estados psicológicos expressados – diferentes estados psicológicos ou atitudes referentes ao conteúdo

⁹ Como esclarece Armengaud (2006, p. 106), o “*ponto* faz parte da *força* ilocucionária sem recobri-la. Desse modo, uma prece e uma ordem podem ter o mesmo ‘ponto’: conseguir que x faça algo; contudo elas não têm a mesma ‘força’” [ênfases do autor].

proposicional são expressados por diferentes atos ilocucionários e estão relacionados à condição de sinceridade do ato realizado, por exemplo, “promessas” e “garantias” expressam a intenção do falante de fazer x enquanto os “pedidos” expressam o desejo do falante de que o interlocutor faça x e os “expressivos” expressam sentimentos e atitudes.

2.2.1 Condições e regras para os atos de fala

A partir da ideia austiniana de que para cumprir seu objetivo ilocucionário, um enunciado deve obedecer a certas condições de felicidade, Searle (1981) sistematiza a natureza de tais condições. Com isso, a realização de um ato de fala envolve condições gerais, que incluem as condições básicas para a comunicação (por exemplo, que os falantes e interlocutores sejam capazes de falar a língua e ouvir-se mutuamente), e condições específicas, que incluem:

- a) Condições do conteúdo proposicional, ou seja, a proposição precisa ser de um certo tipo;
- b) Condições preparatórias, relativas aos pré-requisitos do mundo real necessários para a realização do ato;
- c) Condições de sinceridade, ligadas às crenças, intenções e sentimentos tidos como apropriados e
- d) Condições essenciais, que indicam como o ato deve ser entendido (seu ponto ilocucionário).

Para o autor, ao usar-se a língua, realizam-se atos de fala seguindo certas regras constitutivas que estão baseadas em condições necessárias e suficientes para que o ato de fala seja bem sucedido.

2.2.2 Macroato de fala

A Teoria dos Atos de Fala distingue duas unidades de análise: o microato de fala e o macroato de fala. O macroato de fala é entendido e funciona socialmente como um único ato.

van Dijk (1981, 1988) afirma que a noção de ato de fala, ou de força ilocutória, também pode ser aplicada a enunciados constituídos de uma sequência de frases, ou seja, a um texto.

Enquanto unidade pragmática, o texto é visto então como constituído, em um nível microestrutural, de uma série de atos de fala, os quais estão funcionalmente relacionados para formar uma unidade: o macroato de fala. Desse modo, o macroato de fala é intencionado e interpretado como uma unidade.

Segundo van Dijk (1981), a noção de macroato de fala é necessária para entender os processos mentais envolvidos no planejamento, execução, controle, interpretação, e outros processamentos do discurso na interação comunicativa. Para o autor, o planejamento pragmático de um discurso requer a atualização de um ato de fala global, sendo em relação a este ato que o propósito da interação verbal está construído, o que significa que o macroato de fala é uma representação do último objetivo da interação.

Considerando o lado da recepção, pode-se dizer, então, que o leitor, a partir da microestrutura – da sequência de atos de fala – deverá construir a macroestrutura pragmática, a fim de identificar o tipo de ato global que o texto realiza no processo comunicativo. Isso requer do leitor a realização de certas operações mentais que possibilitem relacionar sequências de ação ao seu correspondente macroato. É preciso ressaltar, conforme van Dijk (1981), que a satisfatoriedade do macroato de fala é determinada também pela macroestrutura semântica, pois ele deve ter também seu conteúdo, isto é, uma base proposicional, já que, por exemplo, não somente se pede, mas se pede algo. Assim sendo, as macroestruturas semânticas e pragmáticas devem ser tomadas conjuntamente, pois o receptor precisa saber que macroato de fala está sendo realizado e, ao mesmo tempo, qual o conteúdo global desse ato.

No processamento da sequência de atos de fala, são aplicadas macrorregras utilizadas na construção da macroestrutura semântica de um texto, porém, com a redução dos atos de fala, que constituem a microestrutura (van DIJK, 1981):

- Apagamento: todos os atos de fala não relevantes são apagados.
- Generalização: todos os atos que podem ser englobados por um macroato comum são substituídos por esse macroato.
- Construção: todos os atos que denotem condições, componentes ou consequências de um ato mais global podem, juntamente, constituir um macroato.

Ao aplicar essas regras, o leitor não pode basear-se apenas na informação textual. É preciso que ele possua diversas informações pragmáticas que tanto podem ser obtidas do contexto específico da comunicação, quanto podem já fazer parte de seu conhecimento prévio, sendo então ativadas. De acordo com van Dijk (1981), a atribuição de força ilocutória a um texto requer, minimamente, as seguintes informações:

- a) propriedades da estrutura do enunciado (atribuídas com base nas regras gramaticais);
- b) observação do contexto comunicativo (presença/ausência de objetos, pessoas etc.);
- c) conhecimento/crenças sobre o emissor e sobre a situação em questão;
- d) conhecimento/crenças sobre o tipo de interação em andamento e sobre as estruturas dos contextos anteriores a essa interação;
- e) conhecimento derivado de atos de fala anteriores referentes a partes anteriores do discurso, ambos no nível micro (ou local) e no nível macro (ou global);
- f) conhecimento convencional (regras) sobre interação;
- g) outros tipos de conhecimento geral de mundo.

Aplicadas à atividade de interação via escrita, o contexto comunicativo referido em (b), que está relacionado com o local onde se encontram falante e ouvinte, passa a relacionar-se com os elementos extratextuais que situam o texto em termos de espacialidade e de temporalidade tanto de sua produção quanto de sua veiculação.

Em relação ao contexto, van Dijk (1977) ressalta que nem todos os elementos contextuais serão relevantes para a compreensão textual. Assim, o receptor deverá focalizar sua atenção naqueles elementos que podem ser relevantes para a compreensão tanto do nível semântico, quanto do pragmático.

De acordo com o autor (van DIJK, 1977), a identificação definitiva do tipo de macroato de fala que é realizado somente ocorre depois da compreensão linguística e depois de relacionar a informação pragmaticamente relevante do texto com a informação relevante do contexto.

Pode-se dizer, assim, que a determinação do tipo de macroato de fala que o texto realiza não é algo arbitrário, uma vez que se dá a partir da aplicação das macrorregras e do uso do conhecimento sobre as unidades convencionais e das atividades sociais humanas.

Ainda, van Dijk (1977) afirma que cada ato tem uma função específica na realização do ato principal e todos os atos de fala da sequência (preparatórios, auxiliares, necessários) acontecem de tal maneira que estabelecem o contexto para o ato de fala principal. Para exemplificar, será tratado dos atos que constituem a estrutura do macroato de pedir/ordenar.

- O ato principal (ap)

É a proposição do pedido. Na definição de van Dijk (1977), o ato principal é um componente necessário para a realização do ato de pedir. É a parte essencial do ato, sem a qual a intenção global, o pedido, não se realiza.

O ato principal é a elocução que constitui o núcleo do ato de fala, ou seja, é a parte da sequência que realiza o ato, independentemente de outros elementos.

- **A motivação do pedido** (mot)

É o ato que comunica ao ouvinte um fato que leva o falante à necessidade de realizar um pedido. A motivação do pedido funciona como uma senha que permite/condiciona a entrada no território do outro.

- **Os atos adjuntos** – o pré-pedido (pp) e a justificativa (ju)

Segundo van Dijk (1977), um ato adjunto ou auxiliar tem a função de dar as condições suficientes para a realização do ato principal. Os atos adjuntos atenuam ou reforçam a realização do ato ilocucionário. Esses atos subdividem-se em: pré-pedido e justificativa.

- **O pré-pedido** (pp)

É um tipo de pré-sequência utilizada em conversas. De acordo com a Análise da Conversa, as pré-sequências são interpretadas como formas de reter o tempo e/ou introduzir razões para manifestar a preocupação do falante com a interação. As principais vantagens das pré-sequências são: (i) checar a aceitação da ação a ser feita e, não obtendo um sinal favorável do ouvinte, não realizar a ação; (ii) dar ao ouvinte a chance de escapar da resposta não preferida sem prejudicar o bom relacionamento entre os interlocutores; (iii) oferecer condições para que o ouvinte se adiante e realize pelo falante a ação que está sendo retardada; (iv) realizar a ação através de uma organização que mostra que o falante não queria realizar o ato não preferido (OLIVEIRA, 1992, p. 22).

Levinson (1983) afirma que uma das principais razões para a utilização do pré-pedido é permitir que o falante verifique a pré-condição necessária para o atendimento do pedido. Caso não haja condições para o atendimento do pedido, o falante evita o ato de pedir. Com isso, o falante evita a rejeição do pedido, que é considerada uma forma não preferida de resposta.

- A justificativa (ju)

De acordo com Levinson (1983), a justificativa é um recurso utilizado pelo falante para explicitar as razões do pedido.

A justificativa relaciona-se à persuasão, pois, ao apresentar as razões do pedido, o locutor aumenta a obrigação do atendimento ou, ao menos, suas chances de sucesso ou legitima as condições para o ato de imposição.

2.3 COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E POLIDEZ

A competência comunicativa refere-se tanto ao conhecimento (o que alguém sabe, consciente ou inconscientemente) como à habilidade (que utiliza – bem ou mal – os conhecimentos) quando se participa da comunicação real.

De acordo com uma visão sociointeracional da linguagem, um grupo de pessoas se comporta de uma dada maneira devido ao contexto sociocultural em que se encontram (HALL, 1993). Isso se dá pelo fato de que os significados convencionalizados, linguísticos e não linguísticos existentes orientam o comportamento das pessoas de acordo com a situação.

Esses significados, compartilhados pelos sujeitos, servem a diferentes propósitos comunicativos que, durante a interação e dependendo do contexto ao qual se situam, são (re)negociados pelos mesmos. Portanto, a recorrente participação em eventos comunicativos específicos é necessária para que os participantes coconstruam significados que sirvam aos seus objetivos comunicativos.

As mesmas pessoas não escreverão uma carta para o chefe da mesma maneira que escreveriam para um familiar. Há diferentes propósitos comunicativos a serem alcançados em ambas as ocasiões: em uma carta familiar, geralmente coloca-se os assuntos em dia; enquanto que, em uma carta profissional, tem-se

como objetivo tratar de assuntos que podem até definir uma possível promoção. Logo, não só os aspectos linguísticos mudam como também os não linguísticos.

Dessa forma, é possível perceber que o contexto institucional e o não institucional em que nos encontramos possuem certos significados que foram coconstruídos ao longo do tempo pelos próprios participantes ou pelos contextos sócio-históricos nos quais se inserem.

A Competência Comunicativa pode ser compreendida como a habilidade de se usar um sistema linguístico determinado de forma apropriada em todas as situações da vida cotidiana, considerando as funções e variedades da linguagem, bem como as situações socioculturais em que se estabelecem. Desta forma, a Competência Comunicativa não envolve apenas os pontos ou aspectos estritamente linguísticos do processo de adquirir uma linguagem, mas também os aspectos social e psicológico deste tipo de aprendizado.

O termo competência comunicativa foi cunhado por Hymes em 1971 no contexto da aquisição de língua materna e da Etnografia da Fala. Hymes (1995) apresenta a competência comunicativa como “vários sistemas de regras que são refletidas nos julgamentos e capacidades daqueles cujas mensagens manifestam o comportamento” (HYMES, 1995, p. 37)¹⁰

Historicamente, esta visão de competência comunicativa além de ter sido introduzida por estudiosos como Hymes, Campbell and Wales, dentre outros, aconteceu em reação à noção de competência linguística de Chomsky. Hymes estava convencido que a visão Chomskyana de competência comunicativa, definida apenas como uma interação mental de fala e audição baseada ou formulada por regras gramaticais era muito limitada. A nova Competência Comunicativa era, portanto, mais complexa do que apenas a competência gramatical, embora não subverta a importância desta "subcompetência", considerando também a capacidade de adequar a linguagem a cada situação social vivida pelo falante. Assim, um usuário competente de uma língua é aquele capaz de se comunicar de forma apropriada ao contexto da própria comunicação.

¹⁰ Texto original: “varios sistemas de reglas que se reflejan en los juicios y capacidades de aquéllos cuyos mensajes manifiesta el comportamiento” (HYMES, 1995, p. 37).

A noção de "competência linguística" idealizada por Chomsky se refere à capacidade inerente que todos os humanos têm para aprender línguas, principalmente sua estrutura, vocabulário e sons. Todos teriam uma gramática interna que tornaria "competentes" para aprender e usar a língua. A noção de "competência comunicativa" trazida por Dell Hymes levava em conta não só aspectos puramente linguísticos, mas culturais e contextuais. Seguindo esse pensamento, as pessoas seriam competentes para usar a língua em determinados contextos, mas não necessariamente em outros. A ideia central de Dell Hymes é que a língua deve se adequar aos diferentes contextos de uso, e não o contrário. Assim, pode-se ter um bom domínio da gramática, do vocabulário e da pronúncia de uma língua, mas isso, por si só, não garante que será possível usar a língua com propriedade em diferentes contextos sociais.

Canale (1995) propõe quatro áreas de conhecimento e habilidade como elementos que interagem com outros sistemas de conhecimentos e habilidades, as quais são chamadas de competência gramatical, sociolinguística, discursiva e estratégica.

A competência gramatical implica o domínio do código linguístico (verbal e não verbal) e nela estão incluídos o conhecimento do léxico, da sintaxe e da semântica de uma língua (CANALE, 1995, p. 66-67); assim, esta competência engloba os aspectos fonológicos, morfológicos, semânticos e sintáticos.

Canale afirma que a competência sociolinguística relaciona-se à adequação do comportamento linguístico ao contexto social e cultural, como as normas de comportamento social da cultura em que essa língua está inserida e os hábitos, por exemplo. (CANALE, 1999, p. 67).

A competência discursiva trata da habilidade de efetuar diferentes tipos de comunicações ou discursos orais e escritos. Canale (1998) articula essa competência aos conceitos de coerência e coesão.

A competência estratégica se refere à habilidade de utilizar estratégias, como mecanismos de comunicação e operações mentais, com o objetivo de compensar possíveis falhas comunicativas (CANALE, 1995, p. 69). São exemplos destes mecanismos o uso da paráfrase quando não se lembra da palavra, adivinhar

o sentido de uma palavra pelo contexto e pedir esclarecimentos quando não entende algo ou não sabe como agir em determinado contexto social.

Johnson e Johnson (1998) trazem uma noção de competência parecida com a de Canale, mas organizada da seguinte forma:

- a) uma competência gramatical que se refere ao conhecimento sistêmico de uma língua tais como: itens lexicais, regras de morfologia, sintaxe, fonologia, fonética, e semântica;
- b) uma competência sociolinguística que se refere à linguagem em uso, subdividida em:
 - 1. competência sociocultural: o conhecimento das normas sociais interacionais que regem uma dada situação; e
 - 2. competência discursiva: o conhecimento equivalente à correta construção de sentido entre palavras e sentenças, responsável pela coesão e coerência;
- c) uma competência estratégica que se refere à habilidade de negociar significados em contexto de uso através de estratégias de comunicação verbais e não verbais que podem ser utilizadas quando surgir algum “obstáculo” ou mal entendido durante a comunicação.

De uma forma resumida, a Competência Comunicativa é a habilidade não apenas de empregar as regras gramaticais de uma língua com o objetivo de formar sentenças gramaticalmente corretas, mas também, de saber quando, onde e para que usar estas sentenças. Para tal, o usuário da língua precisa: conhecer a gramática e o vocabulário da língua-alvo; aprender as regras do falar; saber como atuar nos diversos tipos de conversas podendo assim fazer pedidos ou solicitações, pedir desculpas, agradecer e convidar de forma apropriada. O usuário da língua precisa reconhecer a realidade social, suas relações com as outras pessoas e os tipos de linguagem que podem ser usados para cada ocasião particular, sendo capazes de interpretar tanto sentenças escritas quanto faladas no contexto em que são usadas ou produzidas.

A competência comunicativa dos interlocutores é reflexo do uso consciente e/ou inconsciente de estratégias de polidez e preservação da face nos mais diversos contextos interacionais.

Para Hymes (1986, p. 56) um ato de fala é reconhecido como um nível distinto da sentença ou de qualquer outro nível da gramática. O ato seria a entonação, o gesto, o caráter que o falante deseja empregar em suas palavras, contribuindo para a interpretação do dizer do falante. Tal interpretação só é viável, pois o ato está conectado ao dizer anterior e condiciona o posterior. Ainda de acordo com o autor, os atos podem ser divididos em dois aspectos. O primeiro corresponde à forma como a mensagem é transmitida entre os interlocutores. Sobre como eles expressam suas reais intenções, Hymes afirma que quanto mais uma forma de falar se torna compartilhada e significativa dentro de um grupo, mais tal forma será eficiente em seu objetivo. Essa consideração é importante, tendo em vista a maneira como as intenções dos interlocutores foram construídas, aceitas e internalizadas pelo próprio grupo. O segundo aspecto dos atos diz respeito ao conteúdo do que foi dito, a mensagem transmitida. Os participantes da interlocução sabem, por meio da competência comunicativa, como formular uma mensagem a fim de que o que seja dito produza o efeito desejado. Por competência comunicativa, entende-se o conhecimento que o falante de uma dada língua precisa possuir para usar as formas linguísticas apropriadamente. Tal conhecimento é adquirido nas várias atividades de interação social, isto é, em eventos de fala (HYMES, 1986).

A partir da explicação das teorias que fazem parte deste trabalho, é possível partir para a análise das cartas, a qual nos próximos capítulos será exposta e demonstrada.

3 MÉTODO, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

Este capítulo propõe-se a apresentar os aspectos metodológicos da pesquisa: método, técnicas e procedimentos a serem seguidos na condução da pesquisa.

3.1 ESTUDO DE CASO

O objetivo da pesquisa desta dissertação é investigar, sob uma perspectiva diacrônica, as variações nas marcas linguísticas de polidez em cartas institucionais. Este objetivo nasceu da percepção de mudança nos textos das cartas institucionais da Universidade de Caxias do Sul, relacionada às expressões linguísticas, muitas vezes prolixas nas cartas antigas, seleção vocabular, elementos lexicais. A partir disto, foram levantadas duas hipóteses:

- a) a linguagem utilizada nas correspondências do *corpus* é mais rebuscada, às vezes prolixa, podendo ser denominada de ‘tradicional’, e, com o passar do tempo, adquiriu um caráter mais “direto”;
- b) a linguagem mais “direta” não elimina as marcas de polidez nas cartas, mas promove a adequação a um novo modelo de comunicação.

Considerando que tal impressão foi despertada por cartas da UCS, resolveu-se realizar um estudo de caso, já que apenas cartas da Instituição são analisadas, num recorte de tempo de 1955 a 2005. Como outros métodos, este método de pesquisa é uma maneira de investigar um tópico empírico seguindo um conjunto de procedimentos preespecificados.

Segundo Yin (2010), os estudos de caso são o método de pesquisa preferido quando as questões “como” ou “por quê” são propostas; o investigador tem pouco controle sobre os eventos; o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real.

Nos estudos de caso, a riqueza do fenômeno e a extensão do contexto da vida real exigem que os investigadores enfrentem uma situação tecnicamente distinta, pois existem muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Dada esta informação, justifica-se a quantidade de cartas que são analisadas neste trabalho.

O uso do estudo de caso com a finalidade de pesquisa é um dos empreendimentos mais desafiadores das ciências sociais. Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. Este método permite a retenção de características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

A partir do exposto por Yin (2010), definiu-se a utilização do método “estudo de caso” inicialmente por três condições:

- a) o tipo de questão de pesquisa proposto: os tipos de questões de pesquisa que originaram este trabalho se concentraram principalmente nas perguntas “como” e “por quê”, que são mais explanatórias e lidam com os vínculos operacionais que necessitam ser traçados ao longo do tempo, mais do que meras frequências ou incidências;
- b) a extensão do controle que se tem sobre os eventos comportamentais reais: o estudo de caso é preferido no exame dos eventos contemporâneos, mas quando os comportamentos relevantes não podem ser manipulados; a partir deste estudo é possível lidar com uma ampla variedade de evidências, além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional;
- c) o grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos históricos.

A essência de um estudo de caso, a tendência central entre todos os tipos de estudo de caso, é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: por que elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado. (SCHRAMM, 1971 apud YIN, 2010, p. 38)

A citação de Schramm (1971) fala em “decisões” como o principal enfoque de estudos de caso, mas podem ser citados outros casos, segundo Yin (2010): indivíduos, organizações, processos, programas, instituições, eventos.

O método de estudo de caso pode ser utilizado quando há o desejo de entendimento de um fenômeno da vida real em profundidade, e tal entendimento engloba importantes condições contextuais que são altamente pertinentes ao fenômeno de estudo. O estudo de caso é, portanto, uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

3.2 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA E DO *CORPUS*

Para ter acesso às cartas (amostra no Anexo III), foi obtida autorização do Presidente da Fundação Universidade de Caxias do Sul (Anexo I), Professor Roque Grazziotin, a qual permite também a publicação das cartas com as devidas omissões de dados identificadores de remetentes, destinatários ou quaisquer dados que pudessem comprovar a identidade ou expor a Instituição de maneira inadequada.

Para o acesso às cartas mais antigas, arquivadas no Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC), foi assinado Termo de Responsabilidade pelo uso de reproduções de documentos (Anexo 2).

Para a amostra que constitui o *corpus*, decidiu-se agrupar sessenta cartas entre os anos de 1955 e 2005 em grupos de dez cartas por década.

O processo de pesquisa das cartas deu-se por visitas ao CEDOC, que foram agendadas antecipadamente. No local, há funcionários para auxiliarem na entrega de material, que deve ser cuidadosamente tratado. Como o Centro de Documentação arquivava documentos históricos, é necessária a utilização de luvas e não é permitido o uso de canetas nas salas individuais, locais propícios à pesquisa e ao estudo do material.

A digitalização das cartas, sem tratamento de edição digital, foi realizada pelos colaboradores do setor e gravada em CD, posteriormente entregue à investigadora.

Cada carta receberá uma notação identificando-se os locutores/emissores.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para analisar as trinta cartas constituintes do *corpus*, optou-se, primeiramente, por uma análise estrutural das cartas, na qual são salientados os elementos paralinguísticos pré e pós-textuais. Nesta análise, levantam-se todos os constituintes que caracterizam o texto para o gênero epistolar.

Num segundo momento, faz-se a análise textual das correspondências. Nesta parte, são distinguidos os atos/macroatos de fala, os tópicos tratados no texto.

Num terceiro momento, analisa-se a relação entre atos/macroatos de fala e marcas de polidez (seção 2.2) com base nas estruturas/construções tratadas nas seções 1.2 e 1.3.

Para cada carta analisada foi elaborado um protocolo de análise em quadros (relatórios).

Os protocolos de análise auxiliam para o estabelecimento da qualidade da pesquisa, conforme a Figura 1 demonstra. A Figura 1 lista os quatro testes amplamente usados e as táticas recomendadas de estudos de caso, aos quais o procedimento desta pesquisa tentou ater-se.

A **validade do constructo** refere-se à identificação das medidas operacionais corretas para os conceitos sendo estudados. Dois passos devem ser observados: (a) definir a mudança em termos de conceitos específicos (e relacioná-los aos objetivos originais do estudo) e, (b) identificar as medidas operacionais que combinam os conceitos (preferencialmente citando os estudos publicados que fazem as mesmas combinações).

A **validade interna** busca o estabelecimento da relação causal pela qual se acredita que determinadas condições levem a outras condições, diferenciadas das relações supostas: “a validade é principalmente uma preocupação dos estudos de caso explanatórios, quando o investigador tenta explicar como e por que o evento *x* levou ao evento *y*.” (YIN, 2010, p. 65)

A **validade externa** define o domínio para o qual as descobertas do estudo podem ser generalizadas e, por fim, a **confiabilidade** demonstra que as operações

de um estudo podem ser repetidas, com os mesmos resultados. A maneira geral de abordar o problema de confiabilidade é tornar as etapas do processo as mais operacionais possíveis e conduzir a pesquisa com muita atenção.

Testes de caso	Tática do estudo	Fase da pesquisa na qual a tática ocorre
Validade do constructo	<ul style="list-style-type: none"> • usa múltiplas fontes de evidência • estabelece encadeamento de evidências • tem informantes-chave para a revisão do rascunho do relatório do estudo de caso 	coleta de dados coleta de dados composição
Validade interna	<ul style="list-style-type: none"> • realiza a combinação de padrão • realiza a construção da explanação • aborda as explanações rivais • usa modelos lógicos 	análise de dados análise de dados análise de dados análise de dados
Validade externa	<ul style="list-style-type: none"> • usa a teoria nos estudos de caso únicos • usa a lógica da replicação nos estudos de caso múltiplos 	projeto de pesquisa projeto de pesquisa
Confiabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • usa o protocolo do estudo de caso • desenvolve uma base de dados de estudo de caso 	coleta de dados coleta de dados

Figura 2 – Táticas de estudo de caso para quatro testes de projetos

Fonte: Yin (2010, p. 64)

As trinta cartas analisadas que constituem o *corpus* deste trabalho foram organizadas em três categorias: “Respostas”, “Solicitações” e “Agradecimentos”.

Tal categorização foi dada considerando o *corpus* que se tinha em mãos e tentando agrupar os diversos macroatos expressos em cada carta, para uma melhor análise. Optou-se por tais categorias por acreditar-se que permitiriam análises mais ricas.

Organizou-se o *corpus* conforme o Quadro abaixo:

RESPOSTAS			
Identificação	ano	NOTAÇÃO	Remetente
R1	1965	R1-1965/PZ-DFD	Diretoria da Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul
R2	1978	R2-1978/AVV-R	Reitoria
R3	1982	R3-1982/AVV-R	Reitoria
R4	1984	R4-1984/IB-CG	Reitoria
R5	1986	R5-1986/IB-CG	Reitoria
R6	1987	R6-1987/JLM-R	Reitoria
R7	1989	R7-1989/MCA-AEGR	Reitoria
R8	1994	R8-1994/LAR-Rex	Reitoria
R9	2002	R9-2002/RP-R	Reitoria
R10	2003	R10-2003/RSB-AEGR	Reitoria
R11	2003	R11-2003/LBMR-VRex	Reitoria
R12	2005	R12-2005/OP-CG	Reitoria
R13	2005	R13-2005/OP-CG	Reitoria
R14	2005	R14-2005/ OP-CG	Reitoria
SOLICITAÇÕES			
Identificação	ano	NOTAÇÃO	Remetente
S1	1973	S1-1973/ASV-R	Reitoria
S2	1981	S2-1981/AVV-R	Reitoria
S3	1985	S3-1985/MG-VR	Reitoria
S4	1988	S4-1988/JLM-R	Reitoria
S5	1992	S5-1992/RP-R	Reitoria
S6	1993	S6-1996/RP-R	Reitoria
S7	1994	S7-1994/RP-R	Reitoria

S8	2000	S8-2000/RP-R	Reitoria
S9	2002	S9-2002/RP-R	Reitoria
S10	2002	S10-2002/LAR-R	Reitoria
S11	2003	S11-2003/OAP-CG	Reitoria
S12	2003	S12-2003/LAR-R	Reitoria
AGRADECIMENTOS			
Identificação	ano	NOTAÇÃO	Remetente
A1	1976	A1-1976/AVV-R	Reitoria
A2	1979	A2-1979/AVV-R	Reitoria
A3	1981	A3-1981/AVV-R	Reitoria
A4	2002	A4-2002/RP-R	Reitoria

Quadro 5 – Organização do *corpus* com identificação

Fonte: elaborado pela autora

Cada carta recebeu uma identificação própria de acordo com sua categoria: as cartas referentes às “Respostas” receberam a inicial R, as cartas referentes às “Solicitações” a inicial S e as referentes aos “Agradecimentos” a inicial A. A identificação também contou com o ano de expedição da carta, as iniciais do remetente e o cargo que ocupava.

Num quarto momento, analisa-se a relação entre os resultados obtidos nas etapas anteriores e o papel da competência comunicativa do emissor/produtor do texto. A partir disso, são realizadas as análises sincrônica e diacrônica da amostra e a análise final dos resultados.

4 ANÁLISE DO *CORPUS* E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As trinta cartas analisadas que constituem o *corpus* deste trabalho foram, conforme o procedimento descrito no capítulo anterior, organizadas em três categorias: respostas, solicitações e agradecimentos.

A categoria “Respostas” inclui as cartas que são respostas remetidas a um destinatário que já encaminhou uma correspondência e/ou uma solicitação e está aguardando algum tipo de retorno. Sabemos disso, pois a própria contextualização da correspondência nos dá indícios sobre esse histórico, como, por exemplo, “Em resposta à sua amável solicitação...” (R1-1965)

A categoria “Solicitações” engloba doze correspondências que entre outros atos de fala, salienta-se o ato de pedir, de solicitar. São cartas que solicitam desde o estudo de viabilidade para recursos financeiros até a doação de livros. Como exemplo inicial, destaco “Solicito a Vossa Excelência seu apoio no sentido de que o Projeto de Regionalização da Universidade de Caxias do Sul, [...] seja apreciado na sessão plenária daquele Conselho, que ocorre nesta semana.” (S5-1992)

Ainda, a categoria “Agradecimentos”, como o nome já diz, traz as cartas que exprimem agradecimentos ao destinatário: “Receba, pois, o meu agradecimento, extensivo ao governo tão bem representado por Vossa Senhoria [...]” (A1-1976)

Embora o estudo não seja quantitativo, a utilização dos gráficos auxilia na visualização das análises e dos resultados ao longo dos anos que cobrem a investigação.

4.1 ANÁLISE SINCRÔNICA

4.1.1 Categoria Respostas

Conforme o Gráfico 1, pode-se verificar que aparecem sinais de polidez em todas as partes das cartas, porém a única marca de polidez que aparece nas catorze cartas da categoria é na parte do fechamento.

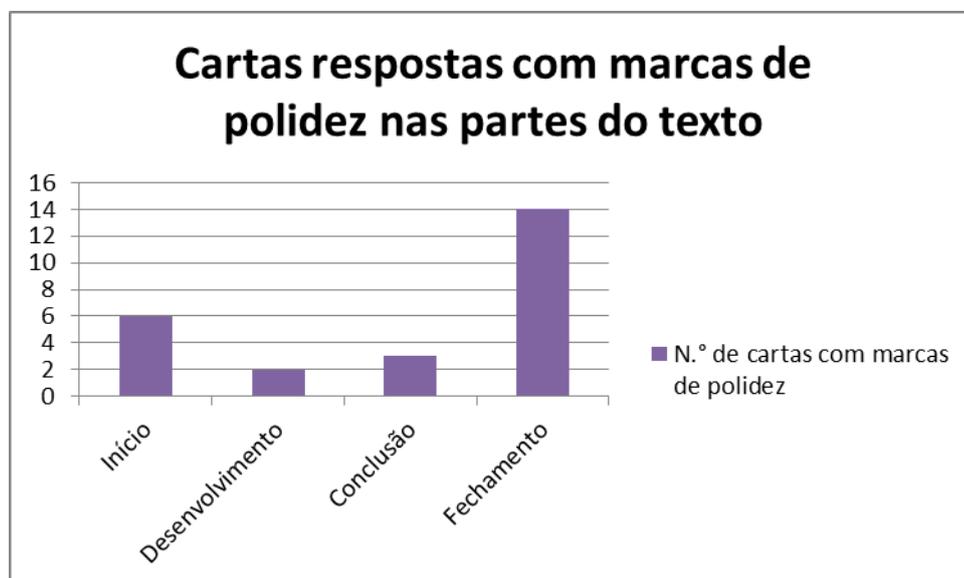


Gráfico 1 – Cartas da categoria “Respostas” e as marcas de polidez no texto
Fonte: Elaborado pela autora.

Sincronicamente, na parte inicial das cartas, a polidez aparece em seis cartas: R1-1965, R2-1978, R6-1987, R8-1994, R9-2002 e R12-2005.

Nas cartas identificadas como R8-1994, R9-2002 e R12-2005, começa-se o conteúdo da carta com as expressões

- “Ao cumprimentá-lo” (R8-1994 e R12-2005) e a variante;
- “Ao cumprimentá-la” (R9-2002).

Nas demais cartas em que aparecem sinais de polidez na parte inicial, percebem-se outras marcas, conforme análise a seguir.

Na correspondência identificada R1-1965, assinada pelo Diretor da Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul, encontramos as seguintes expressões na parte inicial do texto:

- “Em resposta à sua amável solicitação [...] tenho a satisfação [...] todo o apoio”.

Nela o emitente, o Diretor da Faculdade, está informando um Diretor Cultural sobre o apoio que a Faculdade dará às iniciativas de um evento que aconteceria na época. Abrindo mão de expressões prontas, o emitente mostra a polidez no momento que utiliza o adjetivo *amável*, o substantivo *satisfação* e a expressão *todo o apoio*. Nesta carta, há a realização da estratégia de polidez positiva, segundo Brown e Levinson (1987), em que os interlocutores compartilham dos mesmos interesses. Além disso, o redator da carta, que não sabemos se é o próprio Diretor ou algum(a) secretário(a), mostra competência comunicativa no contexto que engloba a resposta, não precisando utilizar formas fixas de polidez, como já salientado anteriormente.

Analisando estruturalmente a carta em questão, percebe-se que há elementos paratextuais pré-textuais, como mostram os dados contextualizadores identificadores como o nome da Faculdade, localizadores como o endereço, além de outros contextualizadores como o local e a data e o vocativo. Há elementos textuais, pois há um propósito comunicativo: o de responder a uma solicitação feita e o texto apresenta sequências tipológicas bem estruturadas. Os elementos paratextuais pós-textuais apresentam-se com os seguintes contextualizadores: frase de fechamento, fórmula de respeito, por meio dos pronomes de tratamento utilizados e assinatura do Diretor.

Percebe-se a falta dos contextualizadores como telefone, índice e número, iniciais e aviso de cópias. Pela data da carta entende-se o motivo de não constar o número do telefone, já que se considera que talvez não era tão comum todas as entidades possuírem tal modernidade. Porém, a falta de índice e número dificulta a localização do documento, a falta das iniciais não permite saber quem redigiu o texto e, por constarem nomes de professores que foram indicados, estes deveriam

receber cópia de tal documento, o que deveria ser constado pro meio de aviso de cópias, já que agora, não se sabe se receberam ou não a documentação.

Nas correspondências identificadas R2-1978 e R6-1987 também se percebem marcas de polidez logo no início do texto das cartas, mas sem expressões prontas. Considerando a R2-1978, tem-se:

- “Temos o prazer de encaminhar...”

Por meio dela o Reitor da Universidade de Caxias do Sul encaminha formulários e dados anteriormente solicitados pela Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura. A marca de polidez neste caso é explicitamente visível pelo vocábulo *prazer*. Já na R6-1987, encontra-se a construção:

- “Muito nos honra o convite a nós dirigido”

A manifestação *muito nos honra* demonstra o a positividade do convite realizado. Nestas correspondências, pode-se dizer, segundo os estudos de Brown e Levinson (1987), que foram utilizadas estratégias da polidez negativa, pois o desejo do interlocutor que responde é se não se impor, existindo uma distância na interlocução.

Em relação a marcas de polidez no desenvolvimento do texto nas cartas, o aparecimento é menos frequente, aparecendo em duas correspondências, a R6-1987 e a R8-1994. Tal fato ocorre justamente por não haver expressões prontas de polidez para tal parte do texto, sendo que as marcas, neste ponto, devam ser analisadas sob um ponto mais linguístico, considerando a escolha lexical e a, organização sintática. Nesses casos, assume-se o emprego das estratégias *bald on record* (BROWN; LEVINSON, 1987).

Em R6-1987, o Reitor, que assina a correspondência, justifica ao destinatário que:

- “Como assumimos a Reitoria desta Universidade há pouco tempo, preferimos não nos manifestar neste momento, sob o risco de omitir algum nome mais qualificado, entretanto colocamo-nos a seu inteiro dispor para em outra oportunidade colaborar com esta tão importante rede de comunicações.”

A justificativa é um ato bastante previsível nas correspondências. Ao justificar-se, o interlocutor busca não só desculpar-se por não ter respondido ao solicitado, mas também preservar ou restaurar a face ameaçada pelo fato de não ter feito o que lhe foi pedido. Trata-se de uma estratégia relevante no processo de negociação e construção da própria face e da do outro.

A conclusão numa correspondência, por vezes, confunde-se com o fechamento. Porém, na análise, tentaram-se separar os dois conceitos, entendendo-se fechamento apenas a frase final de despedida.

Três conclusões chamaram a atenção nas cartas de resposta.

Na R1-1965, a palavra *efemérides* denota uma marca de polidez por ser uma palavra distinta; na R8-1994, o Reitor em exercício, que assina a carta conclui:

- “Destaco, por último, que gostaríamos de continuar contando com o apoio desse Município.”

Trata-se de uma resposta ao Prefeito Municipal de São Valentim do Sul, que se manifestou sobre o interesse de rescisão de Convênio, e na R12-2005 a Chefe de Gabinete explana que:

- “Na oportunidade, apesar da impossibilidade de atendimento do pedido ora formulado, o Senhor Reitor reitera a disposição da Universidade em atuar conjuntamente com os segmentos representativos da comunidade que possibilitem a realização de atividades que tragam benefícios à população da região.”

Tanto na correspondência R8-1994 quanto na R12-2005, percebe-se uma preservação de face. Na carta R8, já houve uma demonstração de interesse de rescisão anterior, o que denota uma ameaça à face da instituição. O trecho aqui destacado demonstra, de maneira sutil, uma preservação de face.

Na carta R12-2005, há uma demonstração explícita da Universidade para que a relação para com o destinatário continue sendo harmoniosa. A Universidade procura, portanto, resguardar a própria face e resgatar a face do outro, apresentando o interesse de continuar parcerias. Devido ao duplo propósito em relação às faces, é realizado o ato *on record*.

O fechamento aparece em todas as cartas de resposta. E aqui se percebe que todos os fechamentos não são elaborados para cada caso e sim, são padronizados.

O costumeiro “Atenciosamente”, sozinho, apareceu sete vezes, nas cartas R6-1987, R7-1989, R8-1994, R10-2003, R11-2003, R13-2005 e R14-2005.

A expressão “Na oportunidade, quero transmitir a Va. Sa. os meus protestos de apreço e consideração.” sem o *atenciosamente* apareceu uma única vez, na R1-1965.

Aparecem nas cartas R2-1978, R3-1982, R4-1984, R10-2003, a expressão:

- “Esperando haver atendido, a solicitação, colhemos o ensejo para renovar-lhe protestos de consideração e apreço. Atenciosamente” e suas variantes, inclusive com o *atenciosamente*

Em R5-1986, aparece a expressão mais simplória:

- “Esperamos haver atendido a solicitação e colocamo-nos à sua disposição para outros esclarecimentos. Atenciosamente”

Observando a estrutura das cartas acima analisadas, foi constatado que:

- A.** R2-1978: não apresenta nenhum dado do timbre da Instituição; apresenta contextualizadores de local e data, índice e número, vocativo; há elementos textuais coerentes; aparecem contextualizadores partícipes dos elementos paratextuais pós-textuais: frase de fechamento, assinatura. Considera-se uma carta incompleta já que não apresenta elementos identificadores, nem localizadores e nem de contato. Excluindo o vocativo, não aparece em nenhum momento na parte textual algum pronome de tratamento e, novamente, como visto na análise da primeira carta de resposta, não aparecem as iniciais e, neste caso, haveria a necessidade de aparecer o aviso de anexos;
- B.** R3-1982: não apresenta nenhum dado do timbre da Instituição; apresenta contextualizadores de local e data, índice e número, vocativo; há elementos textuais coerentes; aparecem contextualizadores partícipes dos elementos paratextuais pós-textuais: frase de fechamento, assinatura. Considera-se uma carta incompleta já que não apresenta

elementos identificadores, nem localizadores e nem de contato. Aparecem pronomes de tratamento, mas não aparecem as iniciais e nem o aviso de cópias;

- C.** R4-1984: não apresenta nenhum dado do timbre da Instituição; apresenta contextualizadores de local e data, índice e número, vocativo; há elementos textuais coerentes; aparecem contextualizadores partícipes dos elementos paratextuais pós-textuais: frase de fechamento, assinatura. Considera-se uma carta incompleta já que não apresenta elementos identificadores, nem localizadores e nem de contato. Aparecem pronomes de tratamento, mas não aparecem as iniciais e nem o aviso de anexos;
- D.** R5-1986: não apresenta nenhum dado do timbre da Instituição; apresenta contextualizadores de local e data, índice e número, vocativo; há elementos textuais coerentes; aparecem contextualizadores partícipes dos elementos paratextuais pós-textuais: frase de fechamento, assinatura. Considera-se uma carta incompleta já que não apresenta elementos identificadores, nem localizadores e nem de contato. Aparecem pronomes de tratamento, mas não aparecem as iniciais e nem o aviso de anexos;
- E.** R6-1987: não apresenta nenhum dado do timbre da Instituição; apresenta contextualizadores de local e data, índice e número, vocativo; há elementos textuais coerentes; aparecem contextualizadores partícipes dos elementos paratextuais pós-textuais: frase de fechamento, assinatura. Considera-se uma carta incompleta já que não apresenta elementos identificadores, nem localizadores e nem de contato. Não aparecem pronomes de tratamento e as iniciais;
- F.** R7-1989: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento, fórmula de respeito e assinatura. Continua a ausência das Iniciais e do aviso de cópias;

- G.** R8-1994: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento, fórmula de respeito e assinatura. Continuam a ausência das Iniciais;
- H.** R9-2002: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento, fórmula de respeito e assinatura. Continuam a ausência das Iniciais e aviso de cópias;
- I.** R10-2003: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento, fórmula de respeito e assinatura. Continuam a ausência das Iniciais, porém aparece o aviso de anexo na parte textual;
- J.** R11-2003: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento e assinatura. Ausência de pronomes de tratamento, excluindo o vocativo, das Iniciais, do aviso de cópias;
- K.** R12-2005: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento, pronomes de tratamento e assinatura. Ausência das iniciais, aparecimento do aviso de anexo na

parte textual. Estrutura do endereçamento acima do vocativo utilizado até hoje no Gabinete do Reitor aparece aqui;

- L.** R13-2005: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; presença de fechamento e assinatura. Ausência das iniciais. Estrutura do endereçamento acima do vocativo;
- M.** R14-2005: apresenta timbre com logomarca, razão social e nome do setor; há elementos localizadores no rodapé juntamente com os elementos de contato; os contextualizadores local e data, índice e número e vocativo estão presentes; elementos textuais presentes e coerentes; não aparece frase de fechamento. Ausência das iniciais. Estrutura do endereçamento acima do vocativo.

4.1.2 Categoria Solicitações

O Gráfico 2 mostra os sinais de polidez que aparecem nas partes das cartas que categorizamos como *Solicitações*. Diferentemente da categoria *Respostas*, não aparecem sinais de polidez em todas as partes, ficando a parte da conclusão sem nenhuma marca. Novamente, a única marca de polidez que aparece em todas as cartas da categoria é na parte do fechamento.

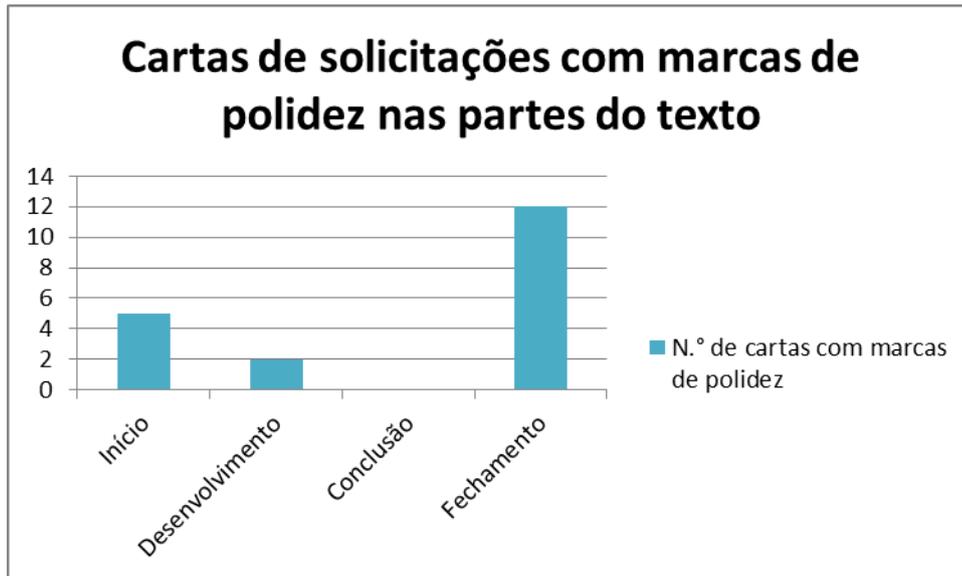


Gráfico 2 – Cartas da categoria “Solicitações” e as marcas de polidez no texto

Fonte: Elaborado pela autora.

Solicitações são pedidos, e proferir pedidos é algo corriqueiro na vida de qualquer indivíduo ou organização, principalmente quando se trata de correspondências. No momento que iremos solicitar algo a alguém por meio de uma carta, a preferência por essa estratégia está diretamente ligada à questão da polidez, pois é natural que o emitente espere que o destinatário realize o que ele está pedindo. É de bom tom, portanto, que sejam utilizadas expressões e palavras que indiquem pedidos e que encaminhem o outro a atender o que lhe foi solicitado.

Na correspondência S3-1985, o Vice-Reitor inicia:

- “De conformidade com a palestra mantida com V. Sa. na inesquecível solenidade do lançamento [...]”.

Há dois termos de polidez utilizados: a expressão *de conformidade*, para denotar a ideia de que o que será proposto vem ao encontro do que foi dito pelo destinatário e o adjetivo *inesquecível*.

Os outros inícios são inícios padronizados que variam da expressão “Ao cumprimentar Vossa Excelência,” (S6-1993). S8-2000, S10-2002, S12-2003.

Aparecem marcas de polidez em dois desenvolvimentos, S3-1985 e S7-1994:

- “Asseguro a V. Sa. que em nossa Biblioteca encontrarão a mais ampla serventia.”

Esse período, encontrado na correspondência S3-1985, emitida pelo Vice-Reitor, e que solicitava a doação de materiais para a Biblioteca da Universidade, demonstra de maneira sutil que o material não ficará sem utilidade. Na correspondência S7-1994, encontramos:

- “[...] solicito que seja analisada a possibilidade de fornecer a listagem de associados desse conceituado clube [...]”.

Aqui há duas marcas de polidez. A primeira no momento em que é solicitada a possibilidade de ser fornecida a lista. É um pedido de possibilidade. A segunda marca aparece no adjetivo *conceituado*.

Por fim, no fechamento, aparecem marcas em todas as cartas. Todos os fechamentos são construções padronizadas, variando a sua modalidade:

- “Colho o ensejo para renovar-lhe protestos de consideração e apreço.” (S1-1973);
- “Com a certeza da apreciação por parte do Conselho Diretor, reitero minha saudação.” (S2-1981)¹¹;
- “Antecipando os mais sinceros agradecimentos pela atenção que possa dispensar a este pedido, colho a oportunidade para reiterar os mais sinceros agradecimentos.” (S3-1985)¹²;
- “Esperando um seu pronunciamento favorável à presente solicitação, que enriquecerá sobremaneira o trabalho que pretendemos desenvolver, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe Cordiais Saudações.” (S4-1988);
- “Com toda a estima e consideração” (S5-1992); “Atenciosamente” (S6-1993, S8-2000, S10-2002, S11-2003, S12-2003);
- “Agradecendo antecipadamente a atenção, apresento Cordiais Saudações” (S7-1994);

¹¹ Não foi feita saudação inicial. No fechamento há uma reiteração.

¹² A ausência de coesão textual não será analisada.

- “Agradecemos a atenção e colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.” (S9-2002).

Analisando arquitetonicamente as cartas, temos:

- A.** S1-1973: aparecem elementos do timbre como logomarca e razão social; o único elemento localizador notável é o nome do setor e não há nenhum elemento de contato. Aparecem contextualizadores de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há local para assinatura (mesmo que a cópia analisada não esteja assinada). Novamente, como visto nas análises anteriores, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Porém, independente disto, o redator mostra-se competente na sua elaboração;
- B.** S2-1981: não aparece nenhum elemento do timbre; o que contextualiza os elementos paratextuais pré-textuais são o local e a data, o índice e o número e o vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, não são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Porém, independente disto, o redator mostra-se competente na sua elaboração;
- C.** S3-1985: não aparece nenhum elemento do timbre; o que contextualiza os elementos paratextuais pré-textuais são o local e a data e o vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Porém, independente disto, o redator mostra-se competente na sua elaboração textual, já que faltam muitos dados importantes da estrutura da carta;
- D.** S4-1988: não aparece nenhum elemento do timbre; o que contextualiza os elementos paratextuais pré-textuais são o local e a data, índice e número e o vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Porém, independente disto, o redator mostra-se competente na sua elaboração;

- E.** S5-1992: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Porém, independente disto, o redator mostra-se competente na sua elaboração;
- F.** S6-1993: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Por ser um ofício circular, aparece aviso de cópias. O redator mostra-se competente na sua elaboração;
- G.** S7-1994: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, não são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta;
- H.** S8-2000: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta;
- I.** S9-2002: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Além disso, falta o aviso de cópias;

- J.** S10-2002: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, não são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Aviso de anexos inserido na parte textual;
- K.** S11-2003: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, não são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Falta aviso de cópias;
- L.** S12-2003: S11-2003: aparece timbre com logomarca, nome e setor; localizadores e elementos de contato aparecem no rodapé; presença de local e data, índice e número e vocativo. O texto está coerente, há frase de fechamento, não são utilizados pronomes de tratamento, há assinatura, não aparecem as iniciais, não permitindo saber quem foi o redator da carta. Aviso de anexos inserido na parte textual.

4.1.3 Categoria Agradecimentos

O Gráfico 3 apresenta os sinais de polidez que aparecem nas partes das cartas que categorizamos como “Agradecimentos”. Nessa categoria os sinais de polidez aparecem em todas as partes do texto da carta.

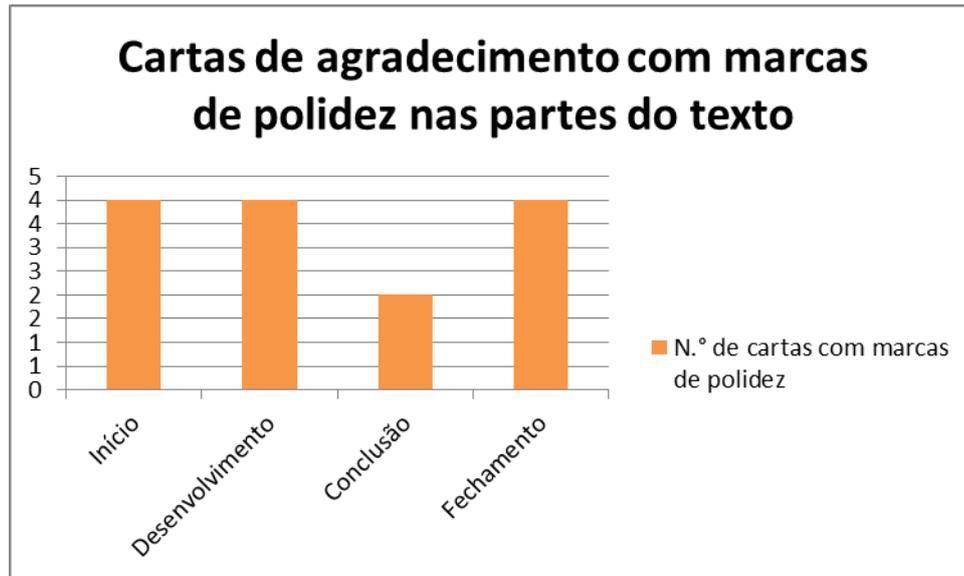


Gráfico 3 – Cartas da categoria “Agradecimentos” e as marcas de polidez no texto

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se que nesta categoria, no início das cartas, não são utilizadas expressões padronizadas. Na carta A1-1976, destaca-se o vocábulo “comovido”, adjetivo; na A2-1979, a expressão “com prazer”; na A3-1981, os adjetivos “emocionado”, “belíssima” e o substantivo “gentileza”; na A4-2002, o substantivo “alegria”.

No desenvolvimento, é utilizado o vocábulo “perlustrar” (A1-1976); “Ao agradecer a gentileza o envio congratulo-me com Vossa Senhoria, pelo excelente trabalho [...] o qual enriquecerá o acervo [...] favorecendo os alunos [...]” (A2-1979); “Vastidão e a riqueza da arte e da cultura italianas” (A3-1981); “Satisfação [...] profissionais altamente capacitados” (A4-2002). De acordo com as Estratégias de Polidez Positiva propostas por Brown e Levinson (1987), o emitente, ao fazer uso de tais marcas, está envolvendo o destinatário, diminuindo a distância social.

Nos exemplos acima, se reconhecem os elogios feitos aos destinatários. Elogiar constitui uma atitude diretamente ligada às estratégias de polidez, de acordo com as máximas de Grice (1975), pois agrega o enaltecimento ao outro e a boa impressão que o falante tem dele. O elogio tem um papel duplo na correspondência: dar *feedback* ao que foi feito pelo emitente (presente enviado, favor feito, etc.) e motivar o destinatário a sempre contribuir mais com o emitente.

Para exemplificar a união de uma conclusão e um fechamento, pode-se utilizar a correspondência A1-1976:

- “Receba, pois, o meu agradecimento, extensivo ao governo tão bem representado por Vossa Senhoria em nosso estado, com protestos da maior estima e consideração. Atenciosamente”.

O agradecimento é uma das estratégias mais facilmente vinculadas à polidez, é um gesto essencial para o bom relacionamento entre as pessoas.

Observando estruturalmente esta categoria, percebe-se:

- A.** A1-1976: ausência total de timbre; local e data, índice e número e vocativo presentes; elementos textuais coesos e coerentes; frase de fechamento, pronomes de tratamento e assinatura presentes;
- B.** A2-1979: ausência total de timbre; local e data, índice e número e vocativo presentes; elementos textuais coesos e coerentes; frase de fechamento, pronomes de tratamento e assinatura presentes;
- C.** A3-1981: ausência total de timbre; local e data, índice e número e vocativo presentes; elementos textuais coesos e coerentes; frase de fechamento, pronomes de tratamento e assinatura presentes;
- D.** A4-2002: presença de timbre; local e data; índice e número, vocativo; texto coeso e coerente; frase de fechamento, assinatura presentes.

Acompanhando o Gráfico 4, a seguir, é possível perceber que a polidez prevalece nos fechamentos das cartas, justamente por haver fórmulas prontas de fechamento.

Percebe-se, também, que nas partes do texto em que aparece mais desenvolvimento textual no sentido de elaboração do conteúdo, objeto da correspondência, por parte do redator, há menor incidência de marcas de polidez, mesmo que um adjetivo ou uma escolha vocabular possa demarcar tal marca. Tal fato pode ser sugerido a partir da ideia de falta de experiência por parte do redator ou até mesmo desenvoltura textual. Por mais que a competência comunicativa tenha que ser avaliada de um modo contextualizado, ou seja, a carta como um todo, a parte textual propriamente dita, revela a competência do redator para tal ofício, o qual requer treino, quanto mais o redator escrever e procurar se aperfeiçoar nas

técnicas de escrita, melhores serão os seus resultados. Tal reincidência também aparece no desenvolvimento do texto que também é caracterizado por ser uma parte mais de escrita livre, relacionada com o assunto da correspondência, não podendo ser utilizadas expressões padronizadas. O início das cartas segue uma linha razoável considerando que há expressões padronizadas para serem utilizadas.

Chama a atenção, porém, o fato de as cartas de solicitações não terem índices altos de marcas de polidez, justamente pela categoria na qual se enquadram. Considerando o ato de fala que representam, deveriam ter um nível de marcas de polidez exacerbado, considerando que há a intenção de convencer o outro a fazer o que está sendo solicitado.

Em contrapartida, as cartas de agradecimento mostram que as marcas de polidez aparecem frequentemente.

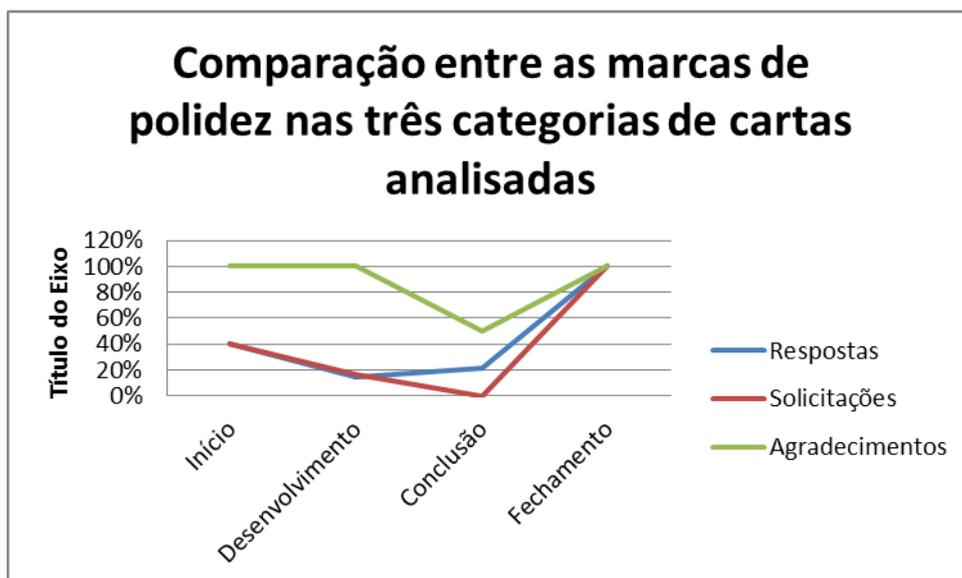


Gráfico 4 – Comparação entre as marcas de polidez nas três categorias de cartas analisadas

Fonte: Elaborado pela autora.

Pelas análises anteriores, já era notável que as marcas de polidez linguística na parte do fechamento da carta são as mais aparentes. Tal fato continua a acontecer no decorrer dos anos. Considerando que a polidez, nesse caso, se dá, geralmente, por uma única palavra – “atenciosamente”, é possível dizer que é uma das marcas de polidez mais visíveis até hoje e a que mais demonstra cordialidade nas relações interacionais por meio de correspondência no meio institucional.

4.2 ANÁLISE DIACRÔNICA

O ápice de marcas de polidez aparece na década de 1985 a 1995, conforme demonstra o Gráfico 5, momento em que os inícios, desenvolvimentos e até conclusões dos textos das cartas apresentaram mais marcas de polidez. Tal fato sugere que havia mais cuidado na elaboração dos textos quanto à escolha lexical e elaboração textual. Pode-se fazer uma interface com o momento de regionalização da Universidade de Caxias do Sul, quando havia o interesse de estabelecer relações com várias regiões e mostrar cordialidade.

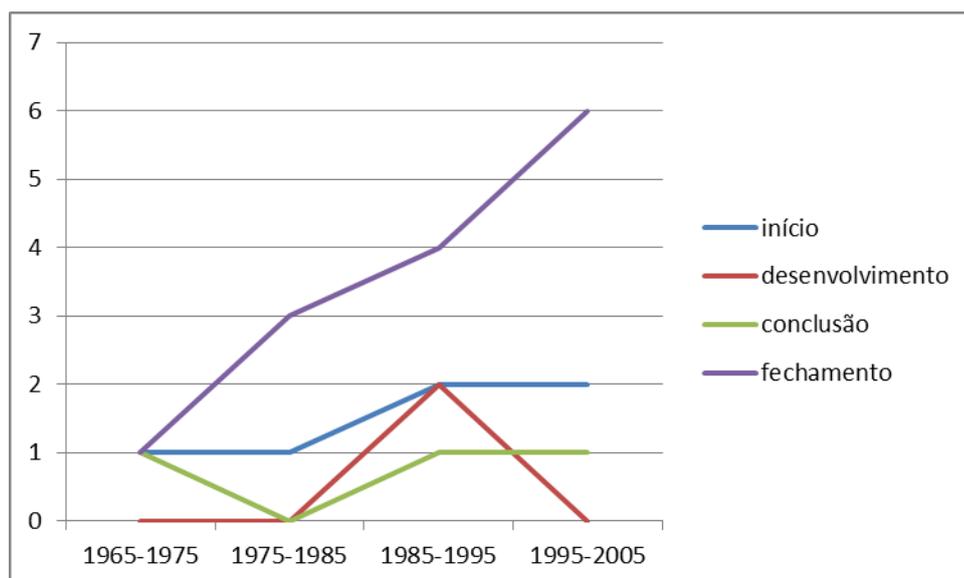


Gráfico 5 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas de resposta por década

Fonte: Elaborado pela autora.

Acompanhando o Gráfico 6, referente às cartas de solicitações, nota-se, primeiramente, que não há marcas de polidez nas conclusões das cartas, fato que causa estranhamento, considerando que, se o ato de fala principal da carta é o de solicitar, as marcas de polidez deveriam estar em evidência.

Perceptível é, também, conforme gráfico anterior, que o fechamento é a parte que contém mais marcas de polidez. O início das cartas apresenta mais marcas e uma subida latente nos últimos anos de análise. O desenvolvimento também teve seu ápice com marcas de polidez nos anos de 1985 e 1995, anos em que a regionalização da Universidade estava em pauta.

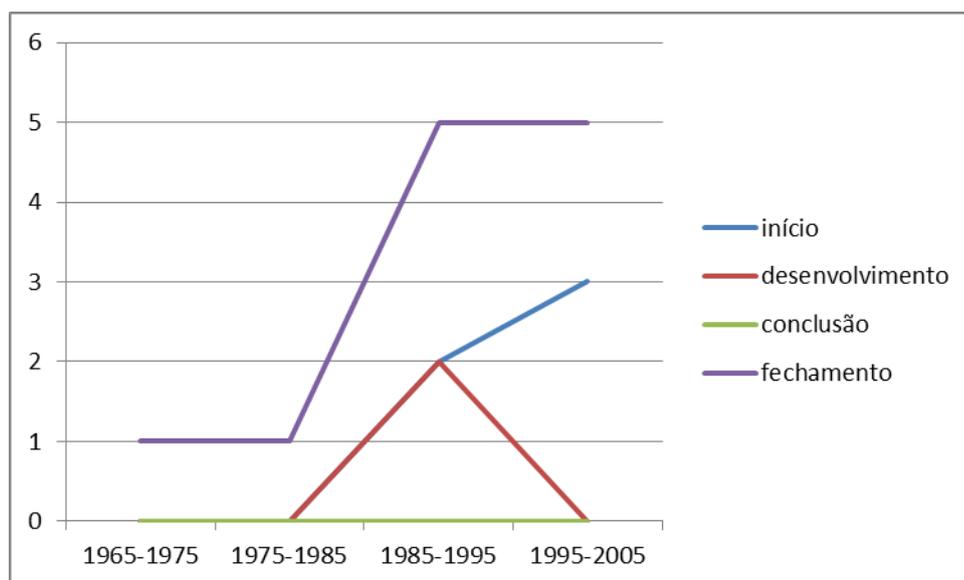


Gráfico 6 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas de solicitações por década

Fonte: Elaborado pela autora.

No Gráfico 7, é possível acompanhar as marcas de polidez nas cartas que apresentam o ato de fala principal de agradecer. É interessante salientar que das quatro cartas analisadas nesta categoria três foram remetidas à Itália, sugerindo a importância que a Universidade dava às relações internacionais. Tal fato também é importante para demonstrar como se dá importância para manter uma atitude polida para com pessoas mais distantes, inclusive geograficamente. As cartas de agradecimento, inclusive pelo seu ato de fala, já englobam mais marcas nesse

sentido, mas é possível perceber que pela questão de distância geográfica também há uma atitude mais polida.

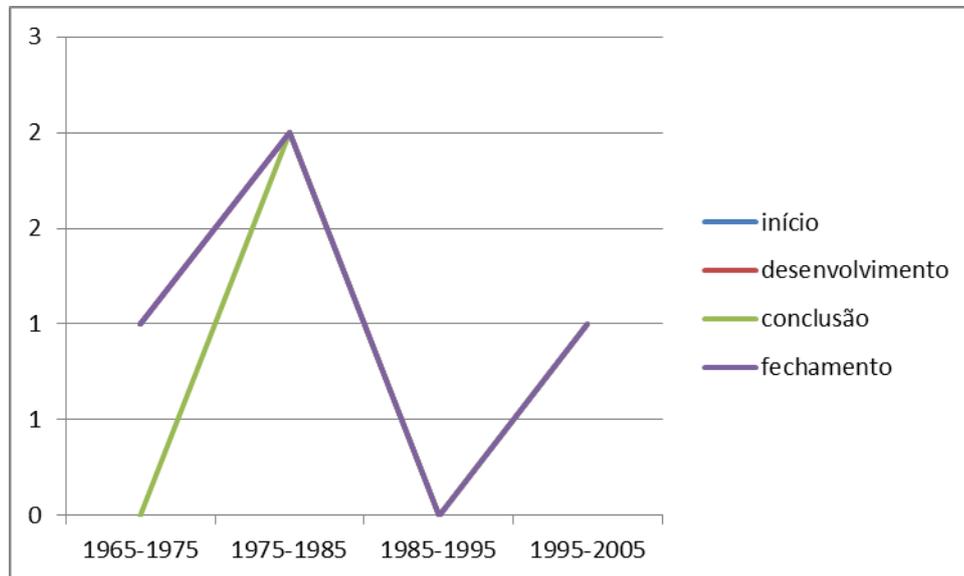


Gráfico 7 – Estudo comparativo das marcas de polidez nas partes do texto das cartas de agradecimento por década

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 8 apresenta um panorama geral de todas as cartas, não separado mais por categorias, mas analisando apenas a polidez das cartas no seu início no decorrer do tempo. Como era esperado, as marcas de polidez no início das cartas apresentam um nível maior na década de 1975 a 1985 e demonstra que há um crescimento também no ano de 1995.

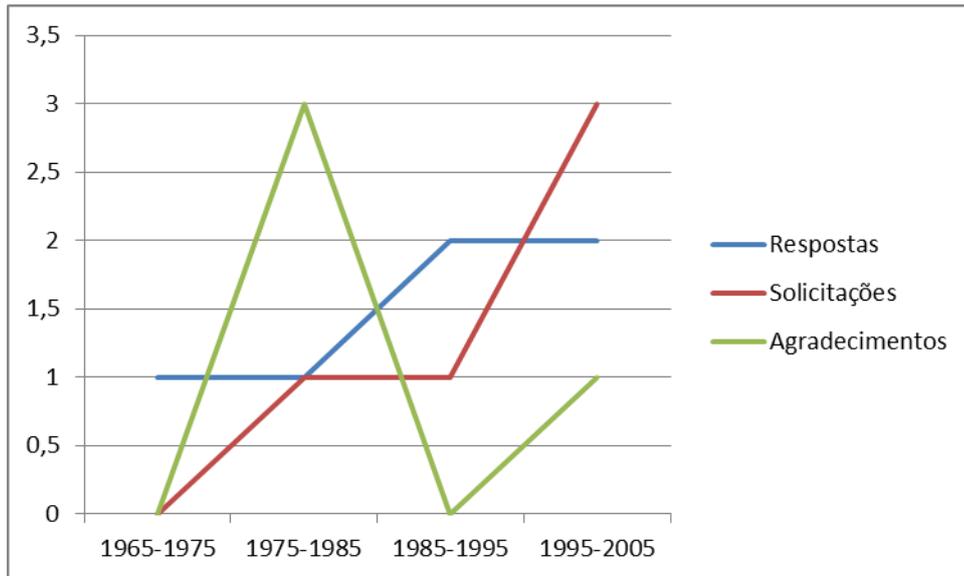


Gráfico 8 – Estudo comparativo das marcas de polidez no início das cartas por década

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 9 demonstra a mesma ideia em relação ao desenvolvimento no que se refere às décadas de 1975 a 1985, havendo mais um pico em 1985 a 1995.

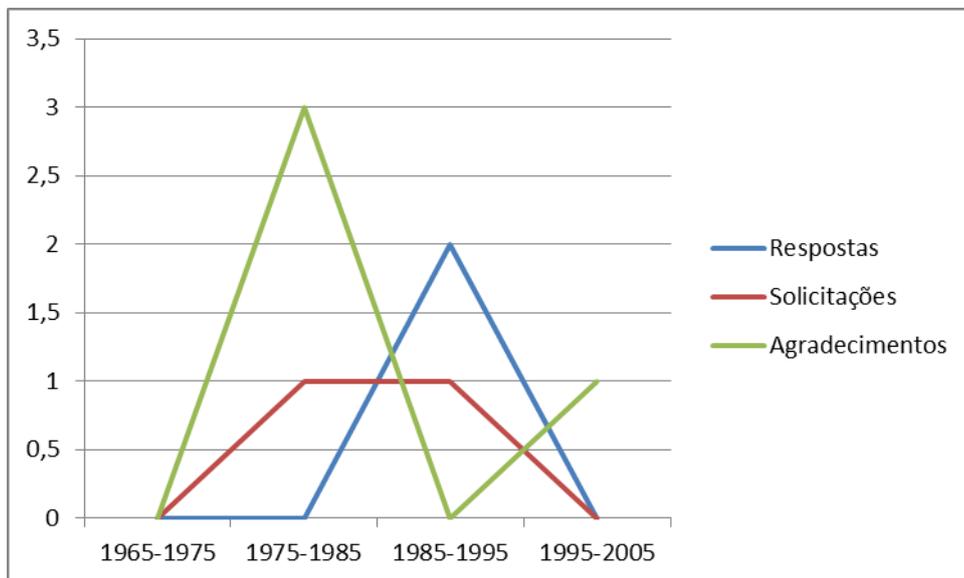


Gráfico 9 – Estudo comparativo das marcas de polidez no desenvolvimento das cartas por década

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 10 continua demonstrando que o maior índice de marcas de polidez aparece na década de 1975 a 1985, no que tange à conclusão.

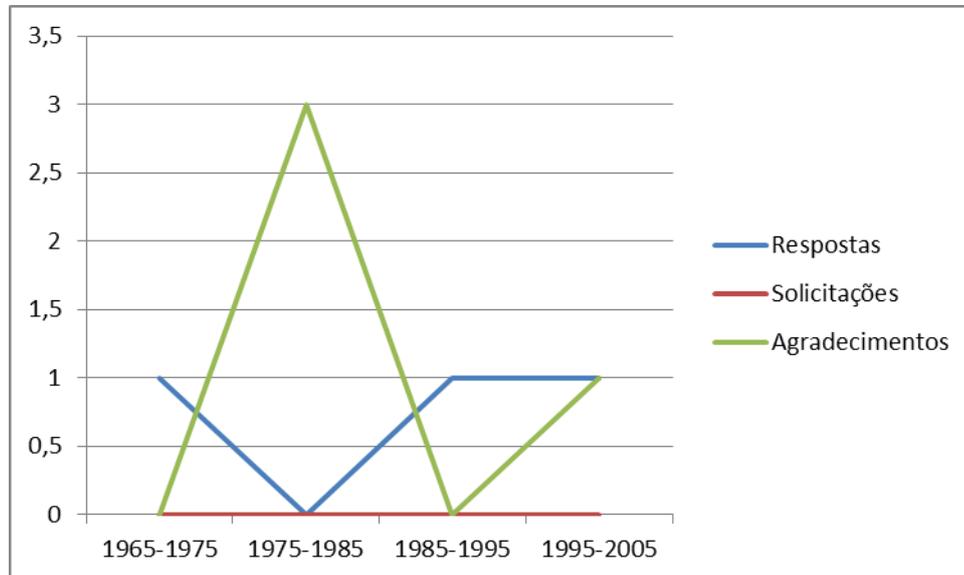


Gráfico 10 – Estudo comparativo das marcas de polidez na conclusão das cartas por década

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 11 demonstra também um ápice na década de 1975 a 1985 nas marcas de polidez em relação ao fechamento das cartas, mas, ao contrário dos outros gráficos, apresenta um contínuo crescimento na passagem de tempo. Isso se deve ao fato, como já tratado anteriormente, de se fazer uso, basicamente, de expressões prontas, padronizadas, empregadas como uma das mais fáceis marcas de polidez a se lançar mão numa correspondência.

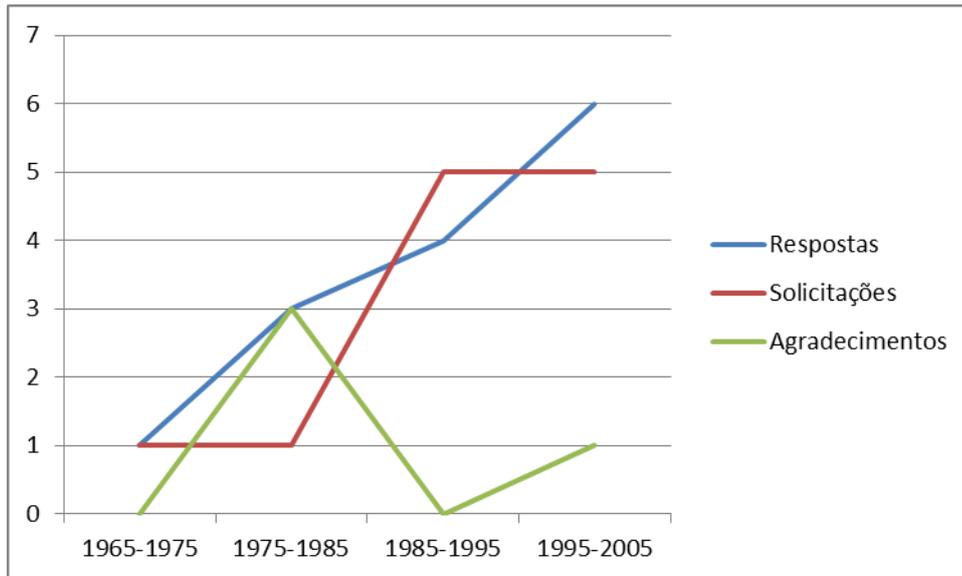


Gráfico 11 – Estudo comparativo das marcas de polidez no fechamento das cartas por década

Fonte: Elaborado pela autora.

De um modo geral, pode-se dizer que as cartas analisadas trazem a ideia de um redator competente, mesmo que em alguns tópicos fique uma lacuna de polidez ou de estrutura de correspondência.

Todas as cartas apresentam pronomes de tratamento no vocativo, o que já anuncia a polidez.

Algumas questões arquitetônicas da estrutura da carta, ausentes muitas vezes, ou em todas as correspondências, podem ter sua causa por consequência da época de escrita, pelos obstáculos do tempo: computadores não eram ferramentas de trabalho e, até os anos 80, as máquinas de escrever elétricas também eram raridade. Questões relacionadas ao timbre, por exemplo, demandam a elaboração de papéis pré-impresos e, portanto, nem são da responsabilidade do redator da carta. Claro que poderia ser pensado em colocar elementos identificadores e localizadores, mas se fala em cartas expedidas há 50 anos.

As questões de competência são relativas, já que as cartas, apesar das limitações, são bem estruturadas e possíveis de serem reconhecidas pelo seu gênero. A estruturação textual deveria ter uma coesão mais acertada e polida, mas, o redator, para ser competente, precisa de treino e, segundo a análise sincrônica realizada, é possível perceber as estratégias de polidez nas cartas, mesmo que timidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das críticas dirigidas à proposta de Brown e Levinson nas últimas décadas, considero que esses autores têm o mérito de terem desenvolvido um modelo que tem possibilitado a análise intercultural dos procedimentos ou estratégias que as diferentes línguas utilizam para expressar polidez. Apesar das propostas de revisão e ampliação, o núcleo da teoria permanece válido e o modelo oferece ferramentas teóricas e descritivas importantes para o estudo dos padrões pragmalinguísticos que se manifestam na realização de atos de fala específicos por falantes de diferentes grupos linguísticos e culturais.

Assim, compartilho o argumento de Ogiermann (2009, p. 210), segundo o qual não há como aplicar teorias que rejeitam a possibilidade de fazer generalizações e previsões ao estudo contrastivo dos fenômenos da polidez. Se, por um lado, a análise da polidez como um conceito imprevisível, construído e negociado no decorrer da conversação, a exemplo do que propõem Watts (2003) e Mills (2003), lança luz sobre as infinitas possibilidades do uso da língua, o modelo de Brown e Levinson, orientado para o falante e baseado nos atos de fala, tem revelado padrões divergentes na escolha das estratégias entre línguas distintas. Como indica Ogiermann (2009, p. 211), mesmo considerando-se que nenhum enunciado é inerentemente polido, mas simplesmente aberto à interpretação, a abordagem quantitativa da pesquisa intercultural tem mostrado que há um alto grau de consenso entre os membros de uma cultura, permitindo que sejam feitas previsões sobre a adequação de certas estruturas em contextos particulares.

Sem perder de vista os propósitos deste estudo, com a análise dos resultados quantitativos apresentados, pretendeu-se verificar a pertinência da hipótese de que apesar da diminuição de expressões padronizadas nas correspondências, ainda seria possível verificar perfis de polidez linguística nas cartas, por meio de estratégias até de competência comunicativa.

Embora os resultados obtidos não forneçam respostas definitivas, até por se tratar de um estudo de caso, nem sejam suficientes para se fazerem generalizações categóricas acerca das características culturais de cada redator quanto ao funcionamento das estratégias de polidez nos atos pretendidos em suas

correspondências, foi observado que a polidez mudou com o tempo, mas não tanto a ponto de podermos dizer que se perderam as expressões de polidez. Continuam-se utilizando várias expressões utilizadas nos 60 e 70, por exemplo. Talvez não com a mesma frequência, mas elas ainda aparecem, principalmente se a pessoa que vai escrever a carta tem a idade maior do que 60 anos.

Crendo ser importante chamar a atenção para alguns aspectos observados, salienta-se que, analisando as cartas da categoria agradecimento, se percebe um nível maior de formalidade, demonstrando automaticamente um maior nível de polidez. Tal fato deve-se pela distância entre os interlocutores. Ou seja, tais cartas demonstram relações que não há familiaridade entre os interlocutores, o que propicia uma linguagem mais indireta, como se percebe na A1-1976:

- “Se, ao perflustrar o passado de atividades, não encontrar méritos suficientes para a ‘distinção que o governo italiano acaba de conferir, pode Vossa Senhoria confiar que a responsabilidade e o compromisso de aprofundar os laços e as relações culturais e científicas entre os dois países multiplicaram-se, tarefa a que estaremos’ sempre voltados com entusiasmo.”

Essa maior preocupação em salvar as imagens nas relações pode ser, como argumenta Márquez-Reiter (2000, p. 170), devido ao fato de que os falantes têm menos informações uns sobre os outros, sendo mais difícil prever as reações do interlocutor.

A partir das estratégias de polidez negativa, descritas por Brown e Levinson (1987), no *corpus* analisado não puderam ser verificadas a utilização de tais estratégias.

Considerando que, no percurso investigativo, tem-se que fazer escolhas teóricas e metodológicas que levam a privilegiar certos aspectos do fenômeno estudado, em detrimento de outros que também mereceriam ser explorados, percebem-se a conveniência e a necessidade de estudos futuros mais específicos que também levem em conta aspectos como: a) análise de *corpus* de outras instituições; b) estudar quantitativamente o *corpus* por meio do software *WordSmith Tool*, criado por Mike Scott e publicado pela Oxford University Press. O programa disponibiliza uma série de recursos que são extremamente úteis na análise de vários

aspectos da linguagem, como, por exemplo, composição lexical, temática de textos selecionados, entre outros. A partir disto, é possível verificar, quantitativamente, ocorrências de certas expressões e realizar-se uma análise qualitativa do *corpus*.

Acredita-se que a investigação desses aspectos poderá contribuir para uma compreensão mais ampla dos resultados deste trabalho. Sendo assim, sugere-se a elaboração de guias, cursos e técnicas para redatores se aperfeiçoarem nos seus ofícios de escrita e comecem a utilizar vários pontos ainda não utilizados, como as iniciais que, em nenhuma carta analisada, apareceram e que são de suma importância para compreender como a carta foi escrita.

Tendo em vista a escassez de pesquisas no âmbito nacional envolvendo as formas como a polidez linguística se manifesta nas diferentes sociedades e culturas e as relações possíveis com certas variáveis contextuais, considera-se que este trabalho é relevante como motivador para conhecer como a polidez se dá em outras culturas, principalmente. Num tempo em que há uma luta contra o preconceito e contra a ignorância, nada melhor do que conhecer o que o outro faz de diferente, principalmente no que tange à cortesia.

REFERÊNCIAS

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Cambridge: Harrard University Press, 1962.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992[1953].

BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. *Correspondência: linguagem e comunicação oficial, empresarial, particular*. 20.ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1998.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. *A escritura do intervalo: a poética epistolar de Antônio Vieira*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

BHATIA, Vijay K. *Analysing genre: language use in professional settings*. New York: Longman, 1993.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulus, 1994.

BRAVO, Diana; BRIZ, Antonio. *Pragmática sociocultural: estudos sobre el discurso de cortesia em español*. Barcelona: Ariel, 2004.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discurso: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. de Ana Rachel Machado e Pericles Cunha. São Paulo: Educ, 1999[1997].

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C.. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge University Press, 1987 [1978].

CANALE, Michael. De la competencia comunicativa a la pedagogia comunicativa del lenguaje. In: LLOBERA, Miquel. *et al. Competencia comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madri: Edelsa, 1995. p. 63-81.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. “Aqui se abre hum largo teatro ao engenho do secretario principiante”: a escrita de cartas segundo Francisco José Freire (Portugal-Séc. XVIII). *História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, v. 2, n. 1, p. 13-29, jan./jun. 2010.

FREIRE, Francisco José . *O secretario portuguez*. Lisboa: João Nunes Esteves, 1823. Disponível em:
<<http://books.google.com.br/books?id=ULQDAAAQAAJepg=PR15elpg=PR15edq=aspereza+epistolar+prolixidadeesource=bleots=udK0fnhgdwesig=IBGqPKmqVt4Vp1iadA7-KUVGuaUehl=ptBR#v=onepageeq=aspereza%20epistolar%20prolixidadeef=false>> Acesso em: 8 nov. 2011.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Doubleday Anchor Books, 1967.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; DI MESQUITA, Fabrício Dias Gusmão. Atividade epistolar no mundo antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca. *História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, v. 2, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2010.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE; MORGAN (Org.). *Syntax and Semantics*. V. 3. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. (ed.). *Fundamentos metodológicos da linguística: problemas, críticas, perspectivas da linguística*. Tradução: João Wanderlei Geraldi. São Paulo: UNICAMP, 5, p. 81-103, 1982 [1975].

HAVERKATE, Henk. *La cortesía verbal: estudio pragmatolinguístico*. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, John; HYMES, Dell. (Ed.) *Direction in sociolinguistics: the ethnography of communication*. London: Basil Blackwell, 1986. p. 35-71.

HYMES, Dell. Acerca de la competencia comunicativa. In: LLOVERA, M. *et al. Competencia comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madri: Edelsa, 1995. p. 27-46.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: EdUFF, 2005.

_____. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução: Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola, 2006.

LEVINSON, Stephen. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et. al. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. *Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais*. Recife, 1996. Texto inédito.

MARQUEZ-REITER, Rosina. *Linguistic politeness in Britain and Uruguay: a contrastive study of requests and apologies*. Philadelphia, PA: John Benjamins, 2000.

MEURER, José Luiz. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M. B.; TOMITCH, L. M. B. (Org.). *Aspectos da linguística aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 149-166.

MILLER, Carolyn R. Genre as social action. In: FREEDMAN, Aviva; MEDWAY, Peter (Ed.). *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor & Francis, 1984. p. 151-167.

MILLS, Sara. *Gender and Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MINDLIN, José. Cartas, para que vos quero? In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Org.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre as cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 40.

MORAES, Raimundo de. *O gênero epistolar*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/15698960/O-GENERO-EPISTOLAR> Acesso em: 1 ago. 2011.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

OGIERMANN, Eva. Politeness and in-directness across cultures: A comparison of English, German, Polish and Russian requests. *Journal of Politeness Research*, v. 5, p. 189-216, 2009.

OLIVEIRA, M.C.L. Manda quem pode. Ou quem não tem juízo. Um estudo de diretivos no discurso empresarial brasileiro. In: HEYE, Jorgen. (org.) *Flores Verbais*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

OVÍDIO. *Cartas de amor: as heroides*. Trad. de Dunia Marinho Silva. São Paulo: Landy, 2003.

SANCHEZ-MOLERO, José Luiz Gonzalo. La evolución del aprendizaje de la escritura em la corte de Felipe II. In: BOUZA, Fernando (Org.) *El escrito em la corte de los Austrias. Cultura Escrita & Sociedad*, Astúrias, n. 03, 2006. p. 47

SCLIAR, Moacyr. *A poesia das coisas simples: crônicas*. Org. de Regina Zilberman. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 101.

SEARLE, John R. A classification of illocutionary acts. *Language in Society*, 5, p. 1-23, 1976.

SEARLE, John R. (1981). *Os atos de fala: um ensaio de Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina, 1981[1969].

SIMÕES, José da Silva. *Sintatização, discursivização e semantização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SWALES, John Malcolm. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. Trad. Christina Cabo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAN DIJK, Teun A. *Text and context*. London: Longman, 1977.

_____. *Studies in the pragmatics of discourse*. The Hague: Mouton, 1981.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e método*. Trad. de Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WATTS, Richard J. *Politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ZANOTTO, Normelio. *E-mail e carta comercial: estudo contrastivo de gênero textual*. Rio de Janeiro: Lucerna; Caxias do Sul: Educs, 2005.

ANEXOS

ANEXO I – AUTORIZAÇÃO PARA USO DO CORPUS – FUCS

Caxias do Sul, 10 de outubro de 2011.

Ao Presidente da Fundação Universidade de Caxias do Sul
Padre Roque Maria Bocchese Grazziotin
Caxias do Sul – RS

Senhor Presidente:

Solicito autorização para utilizar 60 (sessenta) cartas obtidas na Universidade de Caxias do Sul, através do Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC) e de outros setores da Instituição (Gabinete do Reitor, por exemplo), para a investigação que resultará na dissertação de mestrado *Gênero epistolar e polidez em cartas institucionais: um estudo diacrônico* (título provisório), orientada pela Prof. Dr. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes. O período de investigação compreende os anos de 1955 a 2005.

Saliento que serão omitidas nas cópias das cartas os nomes próprios de emitentes e destinatários, bem como partes do texto que forem consideradas de conteúdo identificador de pessoas ou ações institucionais. Dados como emitentes e destinatários serão representados por notações especiais, que também serão utilizadas para representar os timbres, nos casos em que for necessário o seu apagamento.

Ainda, informo que o conteúdo das cartas, com a devida omissão de dados citada acima, tornar-se-á público após a defesa da dissertação, programada para 2012.

Agradeço a atenção,

Caroline de Siqueira

Caroline de Siqueira

Aluna do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da UCS

de acordo
Roque

Roque M. B. Grazziotin
Presidente

ANEXO II – TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS

	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL INSTITUTO MEMÓRIA HISTÓRICA E CULTURAL CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
---	--

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS

Eu, Barclay de Aguiar, portador(a) do RG nº 30991119 22, órgão expedidor SOS, e do CPF nº 007309870-66, na qualidade de pessoa física ou de representante da pessoa jurídica _____, CNPJ _____, domiciliado(a) R. Suss. Baldassarim, 1005, Op. 102, Inpedido, FONE 32224180 191087758 (no caso de pessoa física preencher com endereço completo e telefone residenciais, no caso de representante legal de pessoa jurídica, informar o endereço completo e telefones da empresa ou órgão representados)

DECLARA estar ciente e em concordância com os seguintes itens:

1. De que as reproduções dos documentos descritos na solicitação de pesquisa nº _____ datada de ____/____/____ são de originais custodiados pela Universidade de Caxias do Sul;
2. Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos originais pertencem ao acervo da Universidade de Caxias do Sul;
3. De que as reproduções objeto deste termo não podem ser repassadas a terceiros.
4. De que em caso de nova utilização, das reproduções objeto deste termo, caberá ao usuário o preenchimento de novo termo de responsabilidade.
5. Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros.
6. De que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso assinalado neste termo, responsável pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções fornecidas, bem como das informações nelas contidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, a Universidade de Caxias do Sul.
7. De que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos autores ou retratados.

DECLARA igualmente que as reproduções serão utilizadas exclusivamente por Barclay de Aguiar (nome da pessoa física ou denominação da pessoa jurídica que utilizará as reproduções, no(a) divulgação de material de Barclay de Aguiar (título do cartaz, CD-ROM, DVD, exposição, filme, publicação etc. ou somente como fonte de pesquisa, neste caso, mencionar obrigatoriamente o projeto ao qual a pesquisa está vinculada) no âmbito do projeto Programa de Pós-grad. - Mestrado em Letras, Cultura e Ling. no período de 2010-2011-2012

Caxias do Sul, 5 de julho de 2011

Barclay de Aguiar
(assinatura)

Autorizado pela UCS em ____/____/____

Responsável: _____

ANEXO III – AMOSTRA DE CARTAS

R1-1965

Faculdade de Filosofia de Caxias do Sul

RUA OS 18 DO FORTE, 1771 — CAXIAS DO SUL — Rio Grande do Sul

Caxias do Sul, 22 de março de 1965

Senhor Diretor

Em resposta à sua amável solicitação no sentido de que esta Faculdade se associe às comemorações do 2º centenário do nascimento de Bocage e 1º da "Questão de Coimbra" bem como da obra de Gil Vicente e de Camões, tenho a satisfação de lhe comunicar que a Direção desta casa dará todo o apoio às iniciativas que neste sentido forem tomadas.

Informando ainda quais os professores, do Curso de Letras são os seguintes: [redacted] (Língua Portuguesa), [redacted] (Literatura Portuguesa) e Brasileira) História Moderna e História Contemporânea (Ir. [redacted]).

Pode assim Va. S. entrar em contato com os citados Srs. Professores e tratar com eles sobre as promoções relativas àquelas efemérides.

Na oportunidade, quero transmitir a Va. Sa. os meus protestos de apreço e consideração.

[redacted] DIRETOR

Ilmo. Sr.

Prof. [redacted]

Diretor Cultural do G.P.L.

Av. Oswaldo Aranha, 522 - Apto. 32

PÔRTO ALEGRE = RGS

ANEXO IV – AMOSTRA DE CARTAS

R2-1978

Ofício nº /78 - A

Caxias do Sul, 27 de junho de 1978.

DO: Gabinete do Reitor

À: 6ª Delegacia Regional do Ministério da
Educação e Cultura

Senhora Delegada,

Temos o prazer de encaminhar a essa Delegacia, devidamente preenchidos, os formulários referentes à "Pesquisa do Vestibular", bem como os dados solicitados sobre "Informações sobre Cursos de Graduação".

Esperando haver atendido, a solicitação, [colhemos o ensejo para renovar-lhe protestos de consideração e apreço.]

Atenciosamente

Reitor

Ilma. Sra.

Profª.

M.D. Delegada Regional do Ministério da Educação e Cultura

Rua Washington Luiz, 855

90.000 - PORTO ALEGRE - RS

ANEXO V – AMOSTRA DE CARTAS

S1-1973

6

Solitação de crédito S1

 UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
REITORIA
Campus 2

OF. Nº. /73 Caxias do Sul, 23 de novembro de 1973

DO: Reitor da Universidade de Caxias do Sul
AO: Presidente da Caixa Econômica Estadual

Senhor Presidente:

Formalizando os entendimentos já manti-
dos com V. S^a., manifesto-lhe o interesse desta Universidade em
realizar operação de crédito com essa Caixa, de antecipação de
receita, no valor de Cr\$ 2.000.000,00, contra garantia, através
de procuração, em que essa Instituição de Crédito se habilita-
ria a receber do Tesouro do Estado, até o mês de abril, igual
importância consignada no orçamento do Estado a favor da U.C.S.

Certo da sua aquiescência, aguardo ori-
entação de V. S^a. para os procedimentos legais necessários.

Colho o ensejo para renovar-lhe protes-
tos de consideração e apreço.

REITOR

Ao Ilm^o Sr.
Professor Dr.
DD, Presidente da Caixa Econômica Estadual
PORTO ALEGRE - RS

ANEXO VI – AMOSTRA DE CARTAS

S2-1981

Of. nº /81

Caxias do Sul, 13 de janeiro de 1981

DO: Gabinete do Reitor

AO: Conselho Diretor

Senhores Conselheiros,

Com o presente, após os estudos efetuados pela Assessoria de Orçamento e Custos na elaboração da proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Universitário, submeto a esse Colegiado a aprovação do que segue:

1. reajuste, para o primeiro semestre, de 50% sobre o valor das anuidades autorizado para o segundo semestre de 1980;

2. reajuste, para o primeiro semestre, dos salários do pessoal nos índices que vierem a ser fixados em acordo ou dissídio com o sindicato dos professores dos estabelecimentos de ensino particular no Rio Grande do Sul;

3. alteração da proposta orçamentária nos termos da indicação aprovada pelo Conselho Universitário.

Com a certeza da apreciação por parte do Conselho Diretor, reitero minha saudação.

Reitor

ANEXO VII – AMOSTRA DE CARTAS

A1-1976

③ Agradecimento A1

Ofício nº 76 Carias do Sul, 22.01.1976
 Do: Gabinete do Reitor
 Ao: Consulado da Itália

Senhor Consul Geral

Recebi, comovido, o documento Oficial de outorga da Condecoração no grau de "Cavaliere Ufficiale" nell' Ordine Al Merito della Repubblica Italiana.

Se, ao perlustrar o passado de atividades, não encontrar méritos suficientes para a distinção que o governo italiano acaba de conferir, pode Vossa Senhoria confiar que a responsabilidade e o compromisso de aprofundar os laços e as relações culturais e científicas entre os dois países multiplicaram-se, tarefa a que estaremos sempre voltados com entusiasmo.

Receba, pois, o meu agradecimento, extensivo ao governo tão bem representado por Vossa Senhoria em nosso estado, com os protestos da maior estima e consideração.

Atenciosamente

Reitor

Ilmo. Sr.

M.D. Consul Geral da Itália
 Consulado Geral da Itália
 PORTO ALEGRE RS

ANEXO VIII – AMOSTRA DE CARTAS

A4-2002

(37) agradecimento A4



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
GABINETE DO REITOR

OF.GABI. /2002 Caxias do Sul, 15 de março de 2002.

Caro Amigo :

É com muita alegria que estamos recebendo os depoimentos dos acadêmicos da Universidade de Caxias do Sul, que retornaram da experiência profissional junto às empresas italianas.

Os acadêmicos têm demonstrado grande satisfação por terem tido a oportunidade de conhecer a Itália e por terem desenvolvido suas habilidades sob a orientação de profissionais altamente capacitados.

O sucesso dessa etapa do projeto serve como estímulo para seguirmos trabalhando em conjunto para o estreitamento dos laços entre a Itália e o Brasil.

Aproveito para informar que iniciamos o processo de contato com empresas e famílias brasileiras para a recepção dos estudantes italianos que virão ao Brasil no mês de julho de 2002.

Aceite os nossos agradecimentos por ter convidado a Universidade de Caxias do Sul para fazer parte dessa brilhante iniciativa.

Cordiais saudações,

Reitor.

Ilustríssimo Senhor

M.D. Diretor
COSMECO – Machine Agricole
Via Chiarine, 2/B
46035 Ostiglia – Mantova - Itália
Fax: 00 21 39 0386 32655




CIDADE UNIVERSITÁRIA
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 - B. Petrópolis - CEP 95070-560 - Caxias do Sul - RS - Brasil
Ou: Caixa Postal 1352 - CEP 95001-970 - Caxias do Sul - RS - Brasil
Telefone / Telefax PABX (54) 212 1133 - Telefax (54) 212 1049 - Home-Page www.ucs.br
Entidade Mantenedora: Fundação Universidade de Caxias do Sul - CGCMF 88 648 761/0001-03 - CGCTE 029/0089530

Gráfica da UCS - 13.0032